

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

ANÁLISE DO PROCESSO DE CRÉDITO DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E
CRÉDITO MÚTUO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS – CREDTEC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO

Hélio José Schwarz Filho

Florianópolis, dezembro de 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

ANÁLISE DO PROCESSO DE CRÉDITO DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E
CRÉDITO MÚTUO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS – CREDTEC

Hélio José Schwarz Filho

Professor Orientador:
Alexandre Marino Costa

Professor Co-Orientador:
Luiz Salgado Klaes

Área de Concentração:
Administração Geral

Florianópolis, dezembro de 1999.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado e avaliado perante a Banca Examinadora que atribui a nota _____ ao aluno Hélio José Schwarz Filho, na Disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório – CAD 5236.

Banca Examinadora:

Professor Alexandre Marino da Costa
Orientador

Professor Luiz Salgado Klaes
Co-Orientador

Professor Maurício Fernandes Pereira
Membro

MENSAGEM

“Los cooperadores no se contentan con decir como los economistas: todo para el consumidor; dicen también: todo por el consumidor. El es quien debe gobernar. El advenimiento, la generalización de la cooperación de consumo en el orden económico, me parece casi equivalente a lo que fue el advenimiento del sufragio universal en el orden político: el gobierno de todos para todos. Puesto que se proclama rey al consumidor en el orden económico, vamos a tomar en serio esta proclamación... Es preciso que el productor se convierta en el servidor del consumidor.”

Charles Gide

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Alexandre Marino da Costa e Luiz Salgado Klaes que de forma muito amigável e construtiva deram suporte para a elaboração desse estudo.

A CREDTEC, que de todas as maneiras, colaborou com dados e concessão de informações.

SICCOOB Central/SC que forneceu todo suporte para a coleta de informações sobre cooperativismo de crédito.

Organização das Cooperativas do Estado de Santa – OCESC que forneceu inúmeras informações sobre o cooperativismo, inclusive com obras de seu acervo.

Aos meus pais, Hélio José Schwarz e Ilsa Fischer Schwarz por todo apoio que sempre deram durante o decorrer do curso.

Ao meu irmão Eduardo, que contribui com informações importantes para a execução do trabalho.

As pessoas não citadas, porém sempre lembradas.

A todos vocês, muito obrigado.

SUMÁRIO

| | | |
|---------|--------------------------------------|----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1.1 | A Empresa | 9 |
| 1.2 | Tema Problema | 10 |
| 1.3 | Justificativa..... | 11 |
| 1.3.1 | Teórica | 11 |
| 1.3.2 | Prática | 11 |
| 2 | OBJETIVOS..... | 12 |
| 2.1 | Objetivo geral | 12 |
| 2.2 | Objetivos Específicos..... | 12 |
| 3 | METODOLOGIA..... | 13 |
| 3.1 | Tipo de estudo | 13 |
| 3.2 | Universo de Pesquisa e Amostra | 13 |
| 3.3 | Técnicas de Coletas de Dados | 14 |
| 3.4 | Técnicas de análise..... | 14 |
| 4 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 15 |
| 4.1 | O Cooperativismo | 15 |
| 4.1.1 | Origens do Cooperativismo..... | 16 |
| 4.1.2 | Precursores do Cooperativismo..... | 17 |
| 4.1.3 | Conceitos Iniciais | 18 |
| 4.1.3.1 | O que é cooperar?..... | 18 |
| 4.1.3.2 | O que é cooperação?..... | 18 |
| 4.1.3.3 | O que é cooperativismo? | 18 |

| | | |
|---------|---|----|
| 4.1.3.4 | O que é cooperado? | 18 |
| 4.1.3.5 | O que é cooperativa? | 19 |
| 4.1.4 | Exemplos de Cooperação na Natureza | 19 |
| 4.1.5 | Exemplos de Cooperação na Sociedade | 20 |
| 4.1.6 | Função do Cooperativismo | 20 |
| 4.1.7 | O Cooperativismo como Forma de Organização Social | 20 |
| 4.1.8 | Relação da Cooperativa com a Comunidade | 22 |
| 4.1.9 | O Cooperativismo no Brasil | 23 |
| 4.1.10 | O Cooperativismo em Santa Catarina | 24 |
| 4.1.11 | A nova Fase do Cooperativismo | 26 |
| 4.1.12 | Autogestão | 27 |
| 4.1.13 | Gestão Democrática | 27 |
| 4.1.14 | Atuais Valores e Princípios do Cooperativismo | 29 |
| 4.1.15 | Sistema Cooperativista | 31 |
| 4.1.16 | A Organização das Cooperativas no Brasil | 32 |
| 4.1.17 | Apoio Governamental | 33 |
| 4.1.18 | Os Segmentos do Cooperativismo | 33 |
| 4.1.19 | Estrutura de uma Cooperativa | 35 |
| 4.1.20 | Deveres dos Cooperados | 37 |
| 4.1.21 | Direitos dos Cooperados | 38 |
| 4.2 | O Cooperativismo de Crédito | 39 |
| 4.2.1 | Bancos Cooperativos | 39 |
| 4.2.2 | BANCOOB | 40 |
| 4.2.3 | Segurança | 45 |
| 4.2.4 | Cooperativas Centrais | 46 |
| 4.2.5 | Cooperativas Centrais Controladoras do Bancoob | 47 |
| 4.2.6 | Cooperativas de Crédito Singulares | 48 |
| 4.2.7 | SICOOB | 50 |
| 4.3 | Produtos e Serviços no Setor Financeiro | 51 |
| 4.3.1 | Exposição de Dados Gerais | 51 |
| 4.3.2 | Depósito à Vista – Conta Corrente | 54 |
| 4.3.3 | Cartão de Crédito/Movimentação | 54 |
| 4.3.4 | Aplicações Financeiras | 55 |
| 4.3.5 | Cheque Especial | 55 |

| | | |
|-----------|--|----|
| 4.3.6 | Descontos de Títulos e Notas Promissórias | 56 |
| 4.3.7 | Empréstimos..... | 57 |
| 4.3.8 | Emissão de Talonários de Cheques | 57 |
| 4.3.9 | Compensação de Cheques e Outros Papéis..... | 58 |
| 4.3.10 | Cobrança de Títulos..... | 59 |
| 4.3.11 | Pagamentos de Títulos e Carnês..... | 61 |
| 4.3.12 | Transferência Automática de Fundos | 61 |
| 4.3.13 | Arrecadação de Tributos e Tarifas Públicas..... | 61 |
| 4.3.14 | Home Banking..... | 63 |
| 4.3.15 | Remote Banking | 64 |
| 5 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 66 |
| 5.1 | Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis - CREDTEC | 66 |
| 5.1.1 | Finalidade..... | 67 |
| 5.1.2 | Sócios da CREDTEC..... | 67 |
| 5.1.3 | Capital Inicial Integralizado..... | 67 |
| 5.1.4 | Estrutura Organizacional..... | 68 |
| 5.1.5 | Negócio da Empresa | 71 |
| 5.1.6 | Missão da Empresa..... | 71 |
| 5.1.7 | Princípios | 71 |
| 5.1.8 | Objetivos | 72 |
| 5.2 | A Comissão de Crédito e a Concessão de Empréstimos..... | 72 |
| 5.2.1 | Fluxograma | 75 |
| 5.2.2 | O Processo de Concessão de Empréstimos..... | 77 |
| 5.2.2.1 | Funcionamento..... | 77 |
| 5.2.2.2 | Distribuição de Tarefas..... | 79 |
| 5.2.2.3 | Quadro de Distribuição de Tarefas..... | 81 |
| 5.2.2.3.1 | Abordagem do QDT..... | 82 |
| 5.2.3 | Considerações Finais sobre a análise..... | 82 |
| 5.2.3.1 | Quanto ao processo | 82 |
| 5.2.3.2 | Quanto ao QDT..... | 83 |

| | | |
|-----|---------------------------------|----|
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 86 |
| 6.1 | Conclusão | 86 |
| 6.2 | Recomendações | 87 |
| 7 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 89 |
| 8 | ANEXOS..... | 92 |

1 INTRODUÇÃO

Para entender o funcionamento de uma cooperativa de crédito foi desenvolvido o presente estudo. Para tanto, procurou-se explorar vários dos aspectos introdutórios necessários à compreensão da filosofia cooperativista, seu desenvolvimento e expansão no decorrer das décadas. A estes pontos, foram acrescentadas informações sobre o cooperativismo de crédito no Brasil e no mundo.

O trabalho foi desenvolvido com maior ênfase ao enfoque financeiro e aos aspectos a ele relacionados, objeto de estudo a ser apresentado. Não foi seu intuito, porém, representar uma análise financeira da CREDTEC em seus mais variados pontos. Buscou-se, sim, analisar o Setor de Crédito desde a solicitação de um empréstimo pelo associado até a quitação do mesmo.

O presente trabalho almeja, dentro dos pontos já citados, facilitar a contextualização do setor cooperativista de crédito mútuo numa conjuntura onde a concorrência com os bancos comerciais, adversários cada vez mais agressivos e eficientes, determina a sobrevivência ou extinção de pequenas instituições como a CREDTEC.

Será apresentado, a seguir, a empresa Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis - CREDTEC, tema problema e a respectiva justificativa deste estudo.

1.1 A Empresa

A CREDTEC foi fundada em julho de 1993 na cidade de Florianópolis onde fica sua sede e foro jurídico. Tem como área de ação restrita aos municípios integrantes da Região Metropolitana de Florianópolis.

Inicialmente a Cooperativa foi constituída com 35 associados e desde então vem em um crescente considerável, chegando hoje há um quadro social com 390 associados. Este total inclui sua Sede e o Posto de Atendimento em São José.

Sendo uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, a CREDTEC oferece os mais diversos serviços bancários e vem se fortalecendo com a implantação de novos softwares, assim como a implantação do cartão de crédito e saque, para que se possa enfrentar a concorrência no final do século.

Desde sua fundação a CREDTEC – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis, está situada na Av. Mauro Ramos, 950, hall de entrada da Escola Técnica Federal, Centro, Florianópolis, SC.

1.2 Tema Problema

Desde sua fundação em 1993, a CREDTEC vem oferecendo serviços no ramo de financeiro, mais precisamente no setor bancário. Ela vem atuando na Escola Técnica Federal com sua sede, e com uma agência em São José – UNED – Unidade de Ensino Descentralizado.

O público alvo da CREDTEC são os servidores das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis. Esse nicho apresenta grande potencial de crescimento para a Cooperativa, já que ela depende basicamente dos associados para funcionar.

Como a competição no mundo de hoje vem ficando cada vez mais acirrada, é necessário às Cooperativas o maior esforço possível, no sentido de aumentar seu quadro social, para crescer e enfrentar as grandes instituições financeiras que com elas competem.

1.3 Justificativa

1.3.1 Teórica

Pretende-se nesta primeira parte do trabalho, conceituar e demonstrar os ensinamentos até aqui adquiridos, na área de concentração deste trabalho, a fim de se ter um embasamento teórico que será apresentado posteriormente, através da Fundamentação Teórica, Metodologia e Referências Bibliográficas.

1.3.2 Prática

Por me encontrar estagiando na CREDTEC e pelo fato de me interessar pela área financeira, este trabalho será realizado com um alto grau de aproveitamento, já que através dele poderei aprofundar meus conhecimentos sobre o assunto.

Outro ponto importante a se salientar é que, utilizando os conhecimentos obtidos durante o curso e confrontando-os com a realidade da organização será possível ter uma visão mais detalhada e fundamentada sobre o funcionamento de uma cooperativa de crédito.

A duração do estágio será de 02 (dois) anos, período compreendido entre 31 de março de 1999 a 31 de março de 2001.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar o processo de crédito da CREDTEC – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis.

2.2 Objetivos Específicos

- Informar os pontos principais referentes à história, evolução e desenvolvimento do cooperativismo em nossa sociedade;
- Contextualizar o cooperativismo de crédito no Brasil e no mundo;
- Apresentar os principais produtos e serviços oferecidos pelos bancos comerciais e pelas cooperativas de crédito, caracterizando-os;
- Propor linhas gerais de funcionamento e operação da CREDTEC;
- Identificar o fluxo de ações para e liberação de crédito; e
- Elaborar e analisar um Quadro de Divisão de Tarefas.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será descrito toda a metodologia adotada para a obtenção dos dados e por conseguinte suas análises no decorrer do trabalho.

Primeiramente, será abordado o tipo de estudo escolhido, após, o universo de pesquisa e amostra, em seguida, as técnicas de coleta de dados e por fim as técnicas de análise.

3.1 Tipo de estudo

O tipo de estudo empregado neste trabalho é o estudo de caso, onde o estagiário encontra-se inserido na organização. O estudo de caso almeja um maior contato e intimidade com os integrantes da organização com o mesmo, além de reduzir possíveis respostas não-espontâneas. Portanto, segundo VERGARA (1977), trata-se de uma investigação objetivo-descritiva-qualitativa dos fatores que justificam a existência e atuam sobre o funcionamento da entidade. Estudam-se as variáveis em questão na forma como elas são e não como deveriam ser.

3.2 Universo de Pesquisa e Amostra

A pesquisa ficou restrita somente a sede da CREDTEC, já que atualmente todos os funcionários encontram-se trabalhando nela, não havendo assim necessidade de outras fontes de pesquisa.

Foram escolhidos 05 (cinco) pessoas, 01 (um) presidente, 02 (dois) diretores e 02 (dois) funcionários, que apresentam grau de escolaridade adequado e principalmente

conhecimento da Cooperativa, podendo assim passar informações de importante valor para a realização do estudo em questão.

3.3 Técnicas de Coletas de Dados

Foram utilizadas como técnicas de coletas de dados a entrevista informal, realizada junto aos funcionários pré-selecionados, e a observação participativa assim como os conhecimentos adquiridos por mim até hoje.

As entrevistas foram realizadas num ambiente informal, onde os entrevistados discorreram atenciosamente e detalhadamente sobre a área, procedimentos e instrumentos de trabalho.

Os dados que não forem possíveis coletar com os entrevistados, foram conseguidos através de manuais internos de organização e planejamento, livros e periódicos pertencentes a Cooperativa.

3.4 Técnicas de análise

Após a obtenção e coleta das informações acima citadas, é possível realizar uma análise da CREDTEC, a fim de fornecer subsídios para o julgamento da mesma em relação ao seu desempenho e funcionamento, se realmente estão sendo atingidas as metas pré-estabelecidas pela empresa.

Para se realizar uma análise da Cooperativa, não basta pura e somente os instrumentos apurados de coleta de dados. É necessário confrontar a atividade prática com uma fundamentação teórica. Esta fundamentação foi feita através de livros, desde que relacionados ao assunto em estudo. Só assim foi possível realizar a análise de forma correta e precisa da realidade por qual a CREDTEC vem passando.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta primeira parte busca informar os pontos principais referentes à história, evolução e desenvolvimento do cooperativismo em nossa sociedade. Ressalta suas principais características, regras, filosofia e as bases sobre as quais se desenvolveu, propiciando condições para a sua correta compreensão e entendimento.

4.1 O Cooperativismo

Nos últimos anos vêm ocorrendo transformações sócio-econômicas que estão induzindo o homem, por si, e a sociedade, como um todo, a repensar os paradigmas que foram consagrados como ideais ao desenvolvimento do ser humano.

Em todas as fases da vida, desde a Pré-História até os dias de hoje, a cooperação entre pessoas, comunidades e povos sempre existiu.

A sistematização desta excelente forma de ajuda mútua e de solidariedade num modelo societário oficial ocorreu, entretanto, a partir de 1844, quando foi fundada a Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale, em Manchester, Inglaterra.

Decorridos mais de 150 anos, milhões de pessoas no mundo todo atuam no cooperativismo, desenvolvendo as mais variadas atividades sócio-econômicas.

Abaixo, procurou-se compilar os aspectos referentes ao cooperativismo cuja correta compreensão é fundamental para o entendimento do funcionamento de uma cooperativa de crédito. As informações foram retiradas de trabalhos, bastante interessantes, realizados pela OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, pelo DENACOOOP – Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural, OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina e pelo ITEC – Instituto Técnico das Cooperativas. Maiores dados sobre estes órgãos de apoio cooperativista serão detalhados no **Anexo II (pág. 133)**.

4.1.1 Origens do Cooperativismo

O cooperativismo não é um sistema mútuo de ajuda recente, de acordo com Holyoake (1972), os povos antigos já praticavam a cooperação na luta pela sobrevivência: na caça, na pesca e na habitação.

Nos campos de trigo, no artesanato e no sepultamento da Babilônia, do Egito e da Grécia já existiam formas de cooperação muito bem delineadas.

Nas águas do rio Yang-Tsé na China, cerca de quatrocentos anos a.C., os mercadores sofriam freqüentemente prejuízos ao naufragarem nas águas deste rio. Atrás de uma solução para este problema, organizaram-se em grupos de 10, levando em cada barco uma caixa de mercadorias de cada um dos companheiros. Assim, quando ocorria um naufrágio, o prejuízo era dividido entre todos, evitando que o dono da embarcação e sua família sofressem privações durante muito tempo.

Quando foi descoberta a América, no Século XV, foi constatada uma das formas mais definidas de cooperação. Foram encontradas as civilizações Asteca e Maia (Região Centro-Americana) e Inca (Peru) vivendo em regime de verdadeira ajuda mútua. Este regime era sustentado pela organização agrária, através da qual o rei mantinha a soberania sobre a terra repartindo-a entre os súditos para a exploração e usufruto na modalidade de propriedade familiar, passando de pai para filho desde que fossem cumpridas algumas normas, como:

- Divisão dos resultados das colheitas, proporcionalmente ao trabalho de cada um;
- Reserva de uma parte como tributo ao rei e outra para o sustento das crianças e idosos;
- Construção coletiva de sistemas de irrigação, a exemplo do que era feito no combate às pragas;
- Obras de defesa e embelezamento nos locais a eles destinados;
- Celebração coletiva de festas religiosas;
- Adoção do costume de empréstimo de sementes, pelo grupo, para o próximo plantio, aquele que perdesse colheita etc.

4.1.2 Precusores do Cooperativismo

Com o surgimento de pesquisadores a partir da segunda metade deste milênio, que se dedicam ao estudo dos caracteres de sociedades desaparecidas, descobrindo formas e ideais para a organização das classes desfavorecidas, estudiosos da Inglaterra, França, Alemanha e outras nações da Europa, utopistas ou não, deixam experiências e obras capazes de motivar o surgimento de uma nova ordem sócio-econômica conduzindo à reformulação comunitária, em busca da felicidade e do bem-estar individual.

Merecem o título de precusores do cooperativismo:

- a) **P. C. Plockboy (1659):** incentiva a formação de grupos econômicos de agricultores, artesãos, marinheiros e professores, que se organizam em associações de cooperação integral;
- b) **John Bellers (1690):** imagina as “Colônias Cooperativas de Trabalho” congregando de 300 a 3000 cooperados, reduzindo despesas, eliminando intermediários e interferências de terceiros;
- c) **Robert Owen (1771):** considerado o Pai do Cooperativismo Moderno, busca a quebra do regime trabalhista exploratório existente em sua época fundando cooperativas e sindicatos e tentando conciliar o incentivo individual ao processo de decisão e participação democrático.

Outros merecedores do título de Precusores do Cooperativismo seriam os seguintes:

- a) **François Marie Charles Fourier (1772):** França;
- b) **William King (1786):** Inglaterra;
- c) **Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796):** Bélgica e
- d) **Jean Joseph Charles Louis Blanc (1822):** França.

4.1.3 Conceitos Iniciais

Oliveira (1984), em seu Guia Prático do Cooperativismo reúne alguns conceitos básicos que devem ser observados para a correta compreensão do cooperativismo. Alguns deles são:

4.1.3.1 O que é cooperar?

Deriva etimologicamente da palavra latina “cooperari”, formada por “cum”, com, e “operari”, trabalhar, e significa agir simultânea ou coletivamente com outros para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito.

4.1.3.2 O que é cooperação?

Método de ação pelo qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação societária nas atividades.

4.1.3.3 O que é cooperativismo?

É uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade.

4.1.3.4 O que é cooperado?

Cooperado é o produtor rural, o trabalhador urbano ou outro profissional, de qualquer atividade sócio-econômica, que se associa para participar ativamente de uma cooperativa, cumprindo com os seus deveres e observando os seus direitos.

4.1.3.5 O que é cooperativa?

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações ou serviços. Segundo o Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional – ACI (Manchester – Inglaterra, 1995) a definição de cooperativa é a seguinte:

“Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.”

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante, conforme Pinho (1976).

4.1.4 Exemplos de Cooperação na Natureza

As formigas, abelhas e cupins buscam através da cooperação a sobrevivência da espécie, e acabam por beneficiar com esse modelo de organização outros seres. Deste modo, também as gotas que caem com a chuva, juntas, formam cursos d'água capazes de beneficiar a todo o tipo de vida sobre a terra, propiciando ao homem o seu desenvolvimento.

Estes exemplos são as mais perfeitas formas de ajuda mútua entre espécies.

4.1.5 Exemplos de Cooperação na Sociedade

Como a vida é feita de grandes obstáculos é fundamental na vida dos seres humanos que haja união. Esta faz com que se possa transpô-los e que se torne possível seguir em frente na jornada da vida.

A iniciação da cooperação entre os seres humanos é feita na família, onde, cumprindo os deveres e usufruindo de direitos, será possível alcançar uma convivência agradável e uma comunicação segura, convictos de que somente com esta ajuda dos seus semelhantes o caminho do sucesso estará sempre livre.

4.1.6 Função do Cooperativismo

Através dos seus órgãos representativos é que cada cooperativa, por meio da integração com os poderes públicos, deve somar esforços para a conquista de melhores resultados sócio-econômicos em favor de todos os cooperados.

Em termos de integração, é indispensável que todo o quadro associativo busque a realização em todos os níveis, com trocas efetivas de experiências nas áreas administrativa, técnica, comercial, industrial e outras, com o apoio dos poderes constituídos.

Quanto mais abrangente for a visão da atualidade política, por parte dos dirigentes e dos cooperados, mais viabiliza-se a importância do Sistema Cooperativo.

4.1.7 O Cooperativismo como Forma de Organização Social X

Segundo Pinho (1976), é comum, nas mais diversas atividades econômicas, as pessoas aderirem a maneiras de agir que possibilitem criar benefícios a todos. Isso se verifica, principalmente, na produção rural, no consumo, na prestação de serviços, bem como em outros meios que proporcionem o desenvolvimento do ser humano, das famílias e das comunidades onde vivam.

A união de pessoas objetivando a melhoria de todos, o crescimento de cada um, o alcance de maiores resultados, o aumento e a melhor distribuição de renda, o desenvolvimento da criatividade, a afirmação dos mesmos interesses e das mesmas dificuldades, caracterizam a cooperativa. Uma forma que se pauta em valores morais e educativos, centrada na concepção de cada pessoa como ser livre, soberano e capaz de realizar o desenvolvimento de cada um e da própria comunidade.

Para a formação de uma cooperativa, é necessário que as pessoas interessadas estejam conscientes do que pretendem. Cada participante deve identificar as formas mais adequadas de funcionamento da cooperativa, das determinações legais e, enfim, de todas as características que garantam a condução das ações, da maneira mais harmoniosa possível.

Os interessados devem procurar a Organização das Cooperativas do seu Estado para orientar-se quanto ao processo de constituição. O objetivo mais importante do grupo deve estar sempre voltado para o desenvolvimento econômico e social do cooperado, cabendo a cada integrante o máximo possível de responsabilidade pelas decisões.

Constituída a sociedade cooperativa, os cooperados realizam a Assembléia Geral, de onde emanam as decisões na condução de toda e qualquer ação.

É, também, a Assembléia Geral, com base nas disposições estatutárias (Estatuto Social), que dá suporte aos demais órgãos: Diretoria, Conselhos de Administração e Fiscal. Por delegação, devem administrar a sociedade, responsabilizando-se pela formação do capital, conservação do patrimônio, direção dos negócios, administração dos serviços prestados e representação de toda a sociedade para preservação dos mais diversos interesses.

Na função de dono e de usuário da sociedade, o cooperado, além de responsável pela execução de todos os atos e conservação dos objetivos estabelecidos, precisa definir claramente como devem ser prestados os serviços que a ele se destinam. O cooperado, organizado em comitês, conselhos, núcleos ou comissões, deve contribuir da melhor maneira possível em favor daqueles que receberam a incumbência da administração da empresa, para que todas as decisões sejam corretas e representativas da vontade da maioria.

Todos devem agir em condições de decisão para que a cooperativa mantenha os serviços necessários, dentro de um eficiente sistema de controle interno e de comunicação.

4.1.8 Relação da Cooperativa com a Comunidade

Toda cooperativa deve promover a união de esforços em benefício das comunidades onde atua, segundo a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (1990). A empresa cooperativa é o resultado concreto da mais avançada forma de organização social e econômica: o cooperativismo. Como tal, tem o importante papel de despertar essas comunidades para a evolução social e o crescimento econômico, à medida que se torna uma competente representante dos anseios de seus integrantes e um forte agente de solução dos problemas que são comuns a um grupo de pessoas. O **Quadro 1.** demonstra as principais diferenças entre o foco da Sociedade Cooperativa e da Sociedade Mercantil e seus efeitos para a sociedade em geral.

A cooperativa, sendo fruto de iniciativa coletiva e parte integrante e ativa da sociedade como um todo, deve preocupar-se em manter bom e sólido relacionamento com todas as forças vivas dessa sociedade. Assim, até as pessoas não cooperativadas saberão dimensionar a importância da cooperativa, e o quanto indiretamente dela dependem.

Quadro 1 Comparativo entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil

| Sociedade Cooperativa | X | Sociedade Mercantil |
|--|----------|---|
| Foco no homem | | Foco no capital |
| O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade | | Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores |
| Cada pessoa conta com um voto na assembléia | | Cada ação ou quota conta um voto na assembléia |
| O controle é democrático | | O controle é financeiro |
| É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente | | É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente |
| As quotas não podem ser transferidas a terceiros | | As quotas podem ser transferidas a terceiros |
| Afasta o intermediário | | São, grande parte das vezes, os próprios intermediários |
| Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações | | Dividendos pagos proporcionalmente ao número de ações |
| Aberta à participação de novos cooperados | | Limita, por vezes, a quantidade de acionistas |
| Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida | | Contrata o trabalhador como força de trabalho |
| Defende preços justos | | Defende o maior preço possível |
| Promove a integração entre as cooperativas | | Promove a concorrência entre as sociedades |
| O compromisso é educativo, social e econômico | | O compromisso é econômico |

Fonte: OCESC, 1996.

4.1.9 O Cooperativismo no Brasil

Em sua obra **O cooperativismo brasileiro**, a OCB (1990) afirma que a evolução das leis cooperativistas no Direito Brasileiro teve seqüência quando o Governo do País começou a demonstrar interesse pela organização de cooperativas e outras formas de associativismo. Em decorrência, editou o Decreto n.º 979, de 6 de janeiro de 1903, facultando a criação de sindicatos para defesa dos profissionais da agricultura e da indústria. No artigo 10, do mencionado decreto, possibilitada a constituição de casas de crédito e de cooperativas de produção e de consumo.

Em 1907, através do Decreto n.º 1637, foi dado início ao tratamento legislativo das sociedades cooperativas, sem as efetivas precisões ideológicas e doutrinárias. Estas cooperativas passaram a cercar-se de maior consistência através da promulgação do Decreto n.º 22.239/1932. Na sequência, o Decreto-Lei n.º 59/1966 define a Política Nacional de Cooperativismo e modifica as legislações anteriores, sendo posteriormente regulamentado pelo Decreto n.º 60.597/1967, o qual institucionaliza a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo.

Decorrido o período de 4 anos, depois de discutida e aprovada pelo Congresso Nacional, foi promulgada a Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, com a finalidade de definir a Política Nacional de Cooperativismo. Instituiu o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas, juntamente com a oficialização do acompanhamento estatal sob a intervenção de órgãos criados e intitulados para a coordenação e tutelação do Sistema Cooperativo, com vigência até a nova Constituição Nacional, promulgada em 5 de outubro de 1988.

A partir de então, as sociedades cooperativas, juntamente com os órgãos próprios de representação, confederações, federações e centrais, passam a constituir efetivamente o sistema Cooperativo Brasileiro, já sem a tutela governamental, assumindo a própria autodeterminação por meio de um processo que significa autogestão.

Em decorrência do processo evolutivo do cooperativismo brasileiro, desde 1989 tramitam no Congresso Nacional projetos de lei cooperativista, visando a modernização do cooperativismo no seu aspecto legal, bem como a consolidação da sua autogestão.

4.1.10 O Cooperativismo em Santa Catarina

Ao contrário do que aconteceu em outros Estados, as primeiras experiências cooperativistas catarinenses ocorreram no meio rural, de acordo com dados da OCESC (1996). Além da tentativa de criação de uma colônia de produção e consumo no município de São Francisco do Sul, em 1841, seguiram-se iniciativas similares de formação de sociedades cooperativas de crédito rural, agrícolas, de produção de erva-mate e outras. As mesmas estenderam-se a partir daquela época, até 1934, em Rio dos Cedros, Urussanga, Nova Veneza, Armazém, Azambuja, Belvedere, Concórdia, Itapiranga, Rio do Sul, Palmitos e Canoinhas, com a participação de imigrantes franceses, italianos, alemães e poloneses.

A introdução do cooperativismo em outros segmentos aconteceu nas décadas de 40 e 50, quando foram criadas sociedades de consumo e crédito em Blumenau (1944 a 1951) e de eletrificação rural em Forquilha/Criciúma e Salto Donner/Benedito Novo (1959). Já nas décadas de 60 e 70, foram fundadas cooperativas de diferentes segmentos em um grande número de cidades catarinenses. Muitas dessas sociedades foram liquidadas no ano de 1964 por não atingirem os objetivos estabelecidos pela legislação do País, permanecendo somente aquelas que realmente possuíam condições de desenvolvimento e de prestação de serviços em benefício de seus cooperados.

O Sistema Cooperativo Catarinense compõe-se de diversos segmentos, com cerca de 200 cooperativas e mais de 300 mil cooperados (1995) que, incluindo seus familiares, formam um grupo correspondente a 25% da população do Estado. O **Quadro 2** mostra a divisão dos diversos setores cooperativistas e seu número de associados.

Quadro 2 Sistema Cooperativo Catarinense (1995)

| Segmentos | Cooperativas | Cooperados |
|------------------|---------------------|-------------------|
| Agropecuário | 49 | 63.273 |
| Consumo | 14 | 44.555 |
| Crédito | 38 | 46.155 |
| Educacional | 17 | 12.551 |
| Habitacional | 3 | 665 |
| Mineral | 2 | 486 |
| Saúde | 15 | 4.554 |
| Serviço | 26 | 125.894 |
| Trabalho | 29 | 3.377 |
| Total | 193 | 301.510 |

Fonte: OCESC, 1996.

4.1.11 A nova Fase do Cooperativismo

A partir de 1980, os cooperativistas de Santa Catarina, juntamente com os de outros Estados, sentiram a necessidade de uma maior participação e integração entre associados, dirigentes e funcionário, para a obtenção de um desenvolvimento mais eficiente do Sistema, OCB (1990), OCESC (1996).

Em 1986, chegou-se à conclusão de que o Sistema Cooperativo deveria assumir inteiramente a responsabilidade pelo seu crescimento, procurando-se desta forma evitar a dependência em relação ao Governo. Este desejo foi amplamente discutido, em nível nacional, sendo posteriormente analisado e homologado pelo 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em março de 1988. Desde então, iniciou-se a defesa das postulações junto ao Congresso Nacional, através da Frente Parlamentar Cooperativista. O trabalho resultou na conquista da autogestão definitiva, assumida pelas cooperativas e assegurada pela Constituição de 1988.

Com o fim da interveniência estatal no funcionamento das cooperativas, os próprios associados e dirigentes passaram a assumir total responsabilidade pela gestão da empresa cooperativa (autogestão). Os alicerces da autogestão são:

- Educação;
- Comunicação;
- Capacitação;
- Participação;
- Organização;
- Integração;
- Autonomia;
- Revisão (auditoria); e
- Autocontrole.

Em 1995, o cooperativismo de crédito, através da Resolução n.º 2.193, de 31 de agosto de 1995, do BACEN, obteve a almejada autorização para a “constituição de Bancos comerciais com a participação exclusiva de cooperativas de crédito singulares,

exceto as do tipo 'Luzzati'¹, e centrais, bem como de federações e confederações de cooperativas de crédito”.

4.1.12 Autogestão

A Nova Constituição, promulgada em 1988, definiu uma importante conquista do Movimento Cooperativista: a autogestão. Antes, para se formar uma cooperativa era necessário uma autorização governamental; hoje, o Estado não pode mais interferir no Sistema Cooperativista, a não ser para prestar apoio técnico e/ou financeiro.

O desatrelamento da tutela do Estado significa, na prática, que os próprios associados, seus líderes e representantes, têm total responsabilidade pela gestão e fiscalização das cooperativas. Pela lei, as cooperativas são livres para nascer e organizar suas atividades e formas de representação, tendo sempre por base os princípios e valores que as caracterizam – solidariedade, ajuda mútua, honestidade, democracia e participação.

A experiência adquirida reforça o fato de que a autonomia conquistada exige, cada vez mais, ampla participação dos cooperados no planejamento, execução e controle de suas atividades, ao mesmo tempo que também exige maior entrosamento entre as próprias cooperativas.

Essa integração entre cooperativas pode ocorrer tanto no campo da organização do movimento como na compra e venda de serviços e bens, aumentando, assim, as possibilidades de conquistar sucesso em seus negócios.

4.1.13 Gestão Democrática

Os associados são os donos da empresa cooperativa. Reunidos em Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, definem pelo voto os objetivos e funcionamento do negócio. As decisões tomadas nestas reuniões gerais devem ser respeitadas e cumpridas pela Diretoria e demais associados, quer estejam ou não presentes às Assembleias.

¹ Cooperativas de Crédito do tipo Luzatti são aquelas em que se aceitam como associados quaisquer grupos de pessoas, independente da ligação que tenham com a atividade da mesma.

Para administrar a cooperativa, os associados elegem uma Diretoria e um Conselho Fiscal. É importante que os dirigentes sejam escolhidos por apresentarem real expressão de liderança, conhecimento e vivência dos princípios básicos do cooperativismo. Devem conhecer a legislação vigente e se empenhar no exercício das atividades de planejamento, organização, direção e controle da empresa.

Conforme o volume e complexidade dos negócios, a diretoria pode contratar pessoal externo à cooperativa para gerenciar áreas de trabalho que exijam conhecimentos especializados ou habilidades técnicas comprovadas – do mesmo modo contratam mão-de-obra para serviços operacionais, quando necessário.

Por estar participando do mercado, uma cooperativa deve garantir suas atividades empresariais. O desenvolvimento dos serviços a serem prestados a seus associados depende do desempenho financeiro da sociedade.

É preciso incentivar a capitalização, pois na condição de empresários devem aplicar recursos na empresa que lhes pertence. Devem investir e garantir o capital de giro. Para poder honrar sempre seus compromissos, sem depender de empréstimo de terceiros.

O princípio de cada pessoa representar um voto na empresa cooperativa faz do associado seu principal elemento. Essa gestão democrática significa que o dinheiro é utilizado para servir ao cooperado, e não é o que determina o seu poder.

A economia cooperativa disciplina o capital e concentra-se no sócio, que em igualdade com todos os demais decide os rumos de sua vida econômica, conforme os objetivos comuns.

Segundo a legislação, o volume de capital de cada sócio deve ser remunerado a uma taxa anual limitada, no máximo, até 12% ao ano. Limitando o juro sobre o capital impede-se a especulação financeira. Na cooperativa o capital deve ser fator de produção, e não de renda financeira. Este é dividido em capital subscrito e capital integralizado, sendo suas características:

- a) **Capital subscrito:** ao formar ou ingressar numa cooperativa, a pessoa assume uma obrigação financeira. É sua cota de participação no negócio, intransferível a terceiros. Para preservar seu valor original, essa cota deve ser necessariamente corrigida, principalmente quando ocorrer inflação.
- b) **Capital integralizado:** é a integralização do valor subscrito pelo associado ao capital da cooperativa, podendo ser feito de uma só vez, ou em parcelas.

Os próprios associados decidem como poderá ser pago este compromisso, podendo, inclusive, não ser necessariamente através de dinheiro.

4.1.14 Atuais Valores e Princípios do Cooperativismo

Conforme visto anteriormente, as cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Além disto, alguns valores éticos são seguidos pelos membros das cooperativas, como honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática.

Criada em Londres, em 1895, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão de cúpula do cooperativismo mundial, hoje com sede em Genebra, tem o objetivo de continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale. Em sucessivos congressos, foram discutidos e reformulados os Princípios Básicos do Cooperativismo, como se observa no **Quadro 3.**, a seguir. Vale ressaltar que este quadro não é comparativo entre os Princípios Básicos do Cooperativismo e seus respectivos anos, e sim, a evolução dos mesmos.

Quadro 3 Congresso da Aliança Cooperativa Internacional

| 1937 – Paris | 1966 – Viena | 1995 – Manchester |
|---|--|---------------------------------------|
| 1. Adesão livre | 1. Adesão livre | 1. Adesão voluntária e livre |
| 2. Gestão democrática | 2. Gestão democrática | 2. Gestão democrática |
| 3. Retorno “pro rata” das operações | 3. Distribuição das sobras: a) desenvolvimento da cooperativa, b) serviços comuns e c) associados, “pro rata” das operações | 3. Participação econômica dos membros |
| 4. Juros limitados ao capital | 4. Taxa limitada de juros ao capital social | 4. Autonomia e independência |
| 5. Vendas a dinheiro | 5. Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral | 5. Educação, formação e informação |
| 6. Desenvolvimento da educação em todos os níveis | 6. Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional | 6. Intercooperação |
| 7. Neutralidade política, religiosa e racial | | 7. Interesse pela comunidade |

Fonte: OCESC, 1996.

Os atuais Princípios do Cooperativismo, fixados no Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (Manchester – Inglaterra, 1995) são os seguintes:

- a) **Adesão voluntária e livre:** as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas. Para participar a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria;
- b) **Gestão democrática:** as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros;
- c) **Participação econômica dos membros:** os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, uma remuneração proporcional ao capital por eles integralizado (distribuição das sobras). Os excedentes gerados pelas cooperativas são destinados a um ou mais dos seguintes objetivos:
 - Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais será indivisível;
 - Benefício aos membros na proporção de suas operações com a cooperativa; e
 - Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros
- d) **Autonomia e independência:** as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e que mantenham a sua autonomia;

- e) **Educação, formação e informação:** as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de modo que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação;
- f) **Intercooperação:** as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais; e
- g) **Interesse pela comunidade:** as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

4.1.15 Sistema Cooperativista

A valorização da união entre as cooperativas existe desde o seu surgimento, e hoje elas estão organizadas internacionalmente. A entidade que coordena este movimento nos cinco continentes é a Aliança Cooperativa Internacional – ACI.

Criada em 1895 e atualmente sediada em Genebra, Suíça, essa associação não governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações. Objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo.

No âmbito do continente americano essa articulação é feita pela Organização das Cooperativas da América – OCA, fundada em 1963. Hoje, essa entidade tem sua sede na cidade de Bogotá, Colômbia, e integra as representações de vinte países, incluindo o Brasil.

A representação de todo o sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, constituída em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Este congresso propôs a reformulação da legislação cooperati-

vista, conquistada dois anos mais tarde, através da promulgação da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

A Lei Cooperativista, como ficou popularmente conhecida, define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativistas, sua criação e funcionamento. Neste ato, oficializou-se a existência e funções da OCB e do sistema de representação estadual.

A OCB, sediada em Brasília, congrega todas as unidades da federação através das organizações das cooperativas estaduais e tem como uma de suas competências atuar como órgão técnico-consultivo do poder público.

4.1.16 A Organização das Cooperativas no Brasil

- a) Pela Lei n.º 5.764/71, vinte ou mais pessoas podem constituir uma cooperativa singular, em qualquer atividade humana, sendo considerada como uma sociedade de 1º grau;
- b) Três ou mais cooperativas singulares podem formar uma central ou uma federação de cooperativas, sendo considerada de 2º grau;
- c) Três ou mais centrais ou federações podem constituir uma confederação, sendo considerada de 3º grau;
- d) Todas as cooperativas singulares, centrais, federações e confederações têm direito a um voto na eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da Organização das Cooperativas do Estado – OCE, no qual se localizam, sendo considerada também de 3º grau;
- e) Cada OCE participa com um voto na eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sendo considerada de 4º grau.

4.1.17 Apoio Governamental

O Governo Federal fomenta o desenvolvimento do cooperativismo através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MA. Cumpre, assim, os preceitos estabelecidos no artigo 174 da Constituição Brasileira.

As ações são executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR/Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural – DENACOOOP e tem como base as prioridades estabelecidas pelo conjunto das organizações de cooperativas brasileiras.

A equipe técnica do DENACOOOP define e executa seu programa de trabalho mediante uma ação de parceria com organismos nacionais, internacionais e organizações não governamentais (ONGs). Viabiliza, dessa forma, a participação da sociedade civil organizada em prol da expansão do cooperativismo com qualidade e autonomia.

Por entenderem que o cooperativismo é uma alternativa ao alcance de todos, os projetos de cooperação priorizam os pequenos produtores e trabalhadores em geral.

4.1.18 Os Segmentos do Cooperativismo

Sendo o cooperativismo um movimento econômico e social dinâmico dentro da sociedade, a partir de 1993 a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – deu início a modificações no quadro da nomenclatura do Sistema Cooperativo Brasileiro, adaptando-se à atualidade. De sete, o Sistema passou a ter onze segmentos cooperativos, sendo:

- a) **Agropecuário:** formado por produtores rurais que procuram aperfeiçoar o processo de produção, bem como obter preços melhores para seus produtos, eliminando o atravessador e vendendo diretamente ao consumidor. Constituído por cooperativas de qualquer cultura ou criação rural, cuja denominação deve ser “Cooperativa dos Produtores de...”;

- b) **Consumo:** permite melhores condições na compra de alimentos, roupas, medicamentos e outros artigos. Constituído por cooperativas de abastecimento, cuja denominação deve ser “Cooperativa de Consumo...”;
- c) **Crédito:** realiza empréstimos aos associados, a juros mais baixos que os praticados pelos Bancos comerciais. Constituído por cooperativas de crédito rural e urbano, cuja denominação deve ser “Cooperativa de Crédito Rural...” ou “Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo...”;
- d) **Educacional:** propõe a formação de escolas e centros de treinamento, tendo como associados pais, alunos, professores que se reúnem para conquistar melhores e mais acessíveis condições de ensino. Constituído por cooperativas de alunos de escola agrícola e cooperativas de pais de alunos, cuja denominação deve ser “Cooperativa dos Alunos da Escola Agrícola...” ou “Cooperativa de Pais...”;
- e) **Especial:** essa classificação identifica as cooperativas formadas por menores de idade, portadores de deficiência ou outros grupos que necessitem de tutela. Visam o desenvolvimento e maior integração social de seus associados. Constituído por cooperativas não plenamente autogestionadas, cuja denominação deve ser “Cooperativa de Alunos da Escola...” ou “Cooperativa de Deficientes...” etc.;
- f) **Habitacional:** estruturada para viabilizar a compra ou construção da casa própria, ou ainda para manter e administrar conjuntos habitacionais. Constituído por cooperativas de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais, cuja denominação deve ser “Cooperativa Habitacional...”;
- g) **Mineral:** agrupa os trabalhadores para extração, manufatura e comercialização de minérios, permitindo-lhes uma alternativa de trabalho autônomo. Constituído por cooperativas de mineradores, cuja denominação deve ser “Cooperativa de Mineradores de...”;

- h) **Produção:** organizam a produção dos bens de forma que os cooperados participem de todo o processo administrativo, técnico e funcional da empresa. Constituído por cooperativas, nas quais os meios de produção explorados pelo quadro social pertencem à cooperativa e os cooperados formam seu quadro diretivo, técnico e funcional, cuja denominação deve ser “Cooperativa Produtora de...”;
- i) **Saúde:** presta atendimento à população, a preços mais acessíveis que os oferecidos pela iniciativa privada, podendo também ser formado por usuários destes serviços. Constituído por cooperativa de médicos, odontólogos, psicólogos e atividades afins, cuja denominação deve ser “Cooperativa de Médicos...” ou “Cooperativa de Odontólogos...” ou “Cooperativa de Usuários de Serviços Médicos e Afins...” etc.;
- j) **Serviço:** visa a prestação de serviços de interesse específico de seus associados. Constituído por cooperativas que têm como objetivo primordial prestar coletivamente um serviço de que o quadro social necessita, cuja denominação deve ser “Cooperativa de Eletrificação Rural...” ou “Cooperativa de Limpeza Pública...” etc.;
- k) **Trabalho:** agrupa diversos tipos de profissionais que prestam serviços a terceiros, cuja denominação deve ser “Cooperativa dos Taxistas...” ou “Cooperativa de Artesãos...” etc.

4.1.19 Estrutura de uma Cooperativa

Stoner (1987) afirma que as organizações apresentam-se constituídas segundo determinada forma ou estrutura que se adapte melhor a cada uma. As cooperativas apresentam uma estrutura mínima, exigida por lei, para que funcionem dentro dos princípios cooperativistas já citados. Com pequenas variações, essa estrutura se apresenta nos mais diversos tipos de cooperativa existentes. Abaixo listamos os órgãos componentes da estrutura básica de uma cooperativa:

- a) **Assembléia Geral:** a Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da cooperativa que, dentro dos limites da lei e do Estatuto Social, tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade, sendo formada por todos os seus associados. A igualdade do poder de voto de cada sócio na definição dos interesses da empresa representa o princípio da gestão democrática do empreendimento cooperativista. Suas deliberações vinculam todos os cooperados, ainda que ausentes ou discordantes. Além da responsabilidade individual, o cooperado tem a responsabilidade coletiva que se expressa pela reunião de todos, ou da maioria, nas discussões e nas deliberações. A reunião da Assembléia Geral dos cooperados ocorre durante um exercício social (12 meses), nas seguintes ocasiões: a) Assembléia Geral Ordinária (AGO) – realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses, após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre prestação de contas, relatórios, planos de atividades, destinação das sobras, fixação de honorários, cédulas de presença, eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal e quaisquer outros assuntos de interesse dos cooperados e b) Assembléia Geral Extraordinária (AGE) – realizada sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, sendo de sua competência exclusiva a deliberação sobre reformas do Estatuto Social, fusão, incorporação, desmembramento, mudança de objetivos e dissolução voluntária;
- b) **Diretoria ou Conselho de Administração:** a cooperativa é administrada pelo Conselho de Administração, composto por membros associados eleitos em Assembléia Geral, com mandato determinado pelo Estatuto Social. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus componentes, o Presidente, o Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro, que comporão a Diretoria Executiva, durante a própria Assembléia Geral. É de sua competência a decisão e execução sobre qualquer interesse da cooperativa e de seus cooperados nos termos da legislação, do Estatuto Social e das determinações da Assembléia Geral;
- c) **Conselho Fiscal:** órgão independente dentro da cooperativa. O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes, todos associa-

dos eleitos em Assembléia Geral. São responsáveis pela função de fiscalização da administração, das atividades e das operações da cooperativa, examinando livros e documentos entre outras atribuições;

- d) **Comitê Educativo:** temporário ou permanente, constitui-se em um órgão auxiliar da administração, podendo ser criado, através de AGO, com a finalidade de realizar estudos e apresentar soluções sobre situações específicas. Pode adotar, modificar ou fazer cumprir questões, inclusive no caso da coordenação de programas de educação cooperativista junto aos cooperados, familiares e membros da comunidade da área de ação da cooperativa; e
- e) **Comitês Específicos:** constituídos em cooperativas que possuem, em seu quadro social, cooperados que operam com diferentes produtos ou serviços. Para envolvê-los de fato com a sua cooperativa, nada melhor do que fazê-lo através do seu produto ou serviço, reunindo todos os afins, onde discussões, sugestões, propostas e reivindicações serão apresentadas, visando, sempre, o melhor desempenho do cooperado e da cooperativa (ex.: Comissão de Crédito).

4.1.20 Deveres dos Cooperados

- Participar das Assembléias, respeitando as decisões votadas que representam a vontade da maioria;
- Operar com a cooperativa;
- Pagar o compromisso da cota de capital fixada para criar ou ingressar na cooperativa, além de aumentar seu capital periodicamente;
- Zelar pelo interesse comum e autonomia da sociedade;
- Colaborar no planejamento, funcionamento, avaliação e fiscalização das atividades;
- Debater idéias e decidir pelo voto os objetivos e metas de interesse da sociedade;
- Votar nas eleições da cooperativa;

- Cumprir seus compromissos com a cooperativa;
- Pagar sua parte, caso ocorram prejuízos financeiros;
- Buscar capacitação profissional para o desenvolvimento de suas atividades;
- Denunciar falhas e procedimentos indevidos;
- Não comentar falhas da cooperativa fora dela;
- Manter-se informado a respeito da cooperativa; e
- Acompanhar os eventos de educação cooperativista, estimulando a integração entre seus componentes.

4.1.21 Direitos dos Cooperados

- Frequentar as Assembléias Gerais, decidindo pelo voto os assuntos de interesse da sociedade;
- Votar e ser votado para cargos administrativos, fiscais ou outras funções;
- Participar das atividades econômicas, sociais e educativas da cooperativa;
- Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa;
- Receber retorno proporcional às suas operações no final do exercício;
- Examinar livros e documentos da cooperativa e solicitar esclarecimentos aos dirigentes, conselheiros e funcionários;
- Convocar Assembléia caso seja necessário (conforme a legislação);
- Obter, antes da realização da Assembléia Geral, balanços financeiros, demonstrativos e relatórios;
- Opinar e defender as suas idéias;
- Propor medidas de interesse da cooperativa;
- Julgar sócios e dirigentes dentro da Assembléia;
- Ser julgado pela Assembléia e defender-se; e
- Demitir-se da cooperativa e receber o seu capital, de acordo com o Estatuto.

4.2 O Cooperativismo de Crédito

Este tópico procura contextualizar o cooperativismo de crédito no Brasil e no mundo enfocando, principalmente, o BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A, que é o banco com o qual a CREDTEC se relaciona para a prestação de seus serviços.

As informações que seguem, abaixo, foram retiradas do endereço www.bancoob.com.br, da *home page* do BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A. O BANCOOB tem buscado, constantemente, atualizar as informações dessa página servindo como um ótimo referencial acerca de informações referentes ao cooperativismo de crédito brasileiro.

4.2.1 Bancos Cooperativos

O Cooperativismo de Crédito se destaca na observância dos princípios básicos da boa gestão empresarial, o que é exigido pelo mercado em que atua e pelo Banco Central, seu órgão normatizador e fiscalizador. Seus dirigentes – cada vez mais – são cuidadosamente escolhidos e treinados. No Cooperativismo de Crédito, o profissionalismo é um requisito fundamental.

O modelo organizacional do Cooperativismo de Crédito é direcionado para a boa prática da Administração. Seus dirigentes são cuidadosamente selecionados, sendo a sua gestão acompanhada de perto. É incentivada a manutenção de recursos em operações de alta liquidez, e os créditos concedidos são pulverizados. Em muitos casos, o próprio sistema, através das Cooperativas Centrais, estabelece limites operacionais conservadores e promove inspeções de rotina nas Cooperativas Singulares.

As Cooperativas de Crédito são parte integrante do Sistema Financeiro Nacional, enquadráveis, portanto, às normas que o regem.

Atuando no Brasil desde 1902, o Cooperativismo de Crédito é formado por cerca de 920 Cooperativas de Crédito, distribuídas por todo o Brasil. Estas contam com, aproximadamente, 630 Postos Avançados de Atendimento e 1.550 Pontos de Serviço. Ope-

ram com 930 mil associados, detendo, aproximadamente, 1% do mercado nacional de intermediação financeira².

Existiam no Brasil algumas barreiras legais que exigiam das Cooperativas de Crédito o estabelecimento de convênios com Bancos Comerciais para que pudessem atender, de maneira ampla, as demandas de seus associados. As restrições legais que mais se destacavam estavam relacionadas com a impossibilidade do acesso direto das Cooperativas de Crédito à Câmara de Compensação de Cheques e Outros Papéis, à reserva bancária e ao Mercado Interfinanceiro. A experiência prática com esses convênios comprovou que os mesmos não eram adequados, operacional e financeiramente, implicando, inclusive, na perda da autonomia operacional do Cooperativismo de Crédito, elevando seus custos.

Visando resolver essa situação, o CMN – Conselho Monetário Nacional, através da Resolução 2.193, de 31/08/95, autorizou e regulamentou a criação dos Bancos Cooperativos, que passaram a ser prestadores de serviços às Cooperativas de Crédito a eles coligadas.

Os Bancos Cooperativos são Bancos Comerciais que diferenciam-se dos demais por terem como acionistas, exclusivamente, as Cooperativas de Crédito. Sua atuação é restrita às unidades da federação onde estão situadas as sedes das Cooperativas Controladoras. No BANCOOB, as Cooperativas Centrais são detentoras das ações ordinárias e as Cooperativas Singulares, das preferenciais.

Na Europa, os Bancos Cooperativos existem há mais de 100 anos. Entre os 20 maiores Bancos do mundo, três são formados a partir de Cooperativas: o francês “Crédit Agricole”, o alemão “DG Bank” e o holandês “Rabobank”.

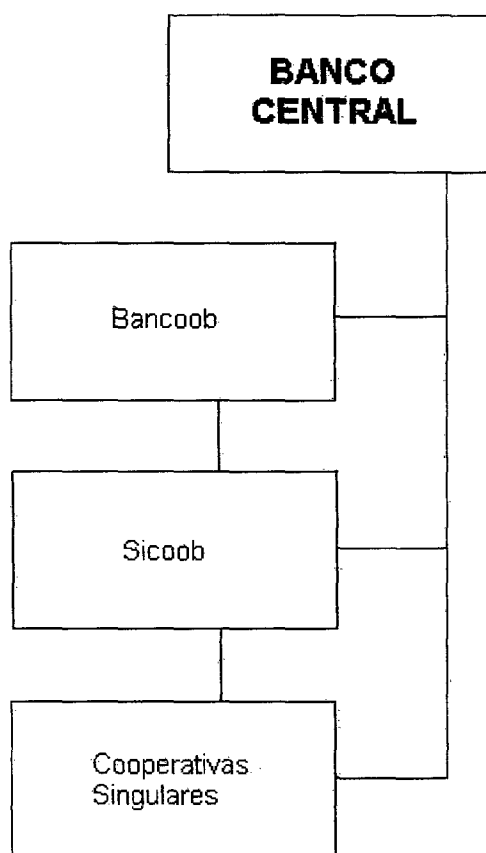
4.2.2 BANCOOB

O modelo de funcionamento do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB foi concebido sobre bases conceituais, estruturais e filosóficas bastante sólidas. Os debates envolveram a participação de diversas lideranças do Cooperativismo de Crédito, que posteriormente integraram-se para constituir o Banco.

² Base: Dez/1998

A articulação e integração dos diversos Sistemas Cooperativos de Crédito Regionais que pretendiam criar o BANCOOB culminou na institucionalização do SICOOB – Sistema das Cooperativas de Crédito Integrantes do BANCOOB. Através deste sistema agem 14 Cooperativas Centrais, 690 Cooperativas Singulares e o BANCOOB. A **Figura 1**, a seguir, reflete a hierarquia do Sistema Cooperativista de Crédito Brasileiro.

Figura 1



O BANCOOB foi autorizado a funcionar pelo Banco Central em julho de 1997. Completou a sua Diretoria no mesmo mês, configurando as bases da sua organização e começando, de fato, a sua gestão administrativa. Iniciou suas atividades operacionais em setembro de 1997, fazendo em outubro desse mesmo ano suas primeiras operações com as Cooperativas Centrais e Singulares integrantes do novo sistema.

Para o melhor entendimento da forma de funcionamento do BANCOOB é importante conhecer alguns dos pressupostos que constam do seu Plano Estratégico e que orientam o seu modelo operacional:

- BANCOOB não substitui e nem concorre com as cooperativas de crédito;
- BANCOOB não é representante político das Cooperativas;
- BANCOOB é, quando necessário, o representante operacional e financeiro do SICOOB;
- BANCOOB disponibiliza produtos e serviços direcionados para o pleno atendimento das necessidades dos associados/clientes;
- BANCOOB é um instrumento de geração de recursos para o SICOOB;
- BANCOOB opera sempre de forma transparente, segura e profissional;
- BANCOOB tem um eficiente e seguro sistema de controle, de fiscalização e de auditoria;
- Deve haver fidelidade operacional entre as Cooperativas e o BANCOOB.

Baseando-se nestes e em outros importantes pressupostos, foi elaborada a Declaração da Missão do BANCOOB, que é fundamental na orientação de suas ações e projetos:

“Prestar serviços de natureza financeira, operacional e consultiva ao SICOOB, suportados na sua organização e nos recursos humanos e tecnológicos, com vistas ao fortalecimento do sistema”

O BANCOOB, como instituição de apoio operacional e financeiro das cooperativas de crédito e de suas filiadas, promove a liquidez do SICOOB, administrando cerca de R\$ 350 milhões e contando com um movimento de compensação diário de cerca de 130 mil documentos.

Através do BANCOOB, a liquidez do sistema é rentabilizada no mercado interfinanceiro, além de permitir o acesso das cooperativas de crédito a programas de repasses de recursos governamentais, futuros parceiros internacionais e prestar, aos seus associados, a gama de serviços bancários de que eles necessitam, alcançando seu objetivo de autonomia operacional.

A estrutura do BANCOOB conta, atualmente, com um quadro de 59 colaboradores, sendo 4 diretores, 3 superintendentes e 52 funcionários. O Banco foi constituído

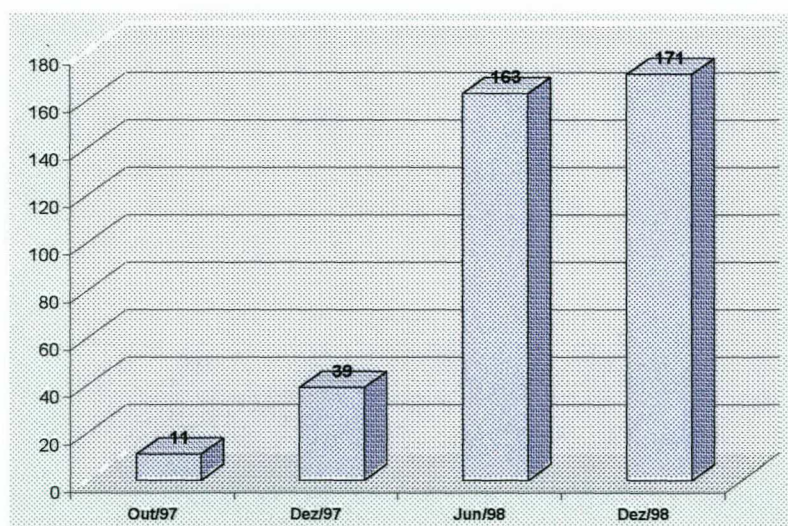
com um capital inicial de R\$ 9 milhões e, dando continuidade ao seu projeto de expansão e de fortalecimento patrimonial, as Cooperativas acionistas do Banco promoveram, em setembro de 1998, um acréscimo de R\$ 10 milhões no Capital Social do Banco, aumentando-o para R\$ 19 milhões.

O BANCOOB está atualmente conduzindo projetos de grande relevância para o Sicoob, como: padronização e aprimoramento tecnológico, cartão múltiplo, centralização de serviços, marketing global, entre outros.

Do ponto de vista sistêmico, o BANCOOB atua como braço financeiro das Cooperativas de Crédito Integrantes do SICOOB, que constituem a rede operacional utilizada por ele. Os produtos e serviços, que o BANCOOB oferece, chegam aos associados/clientes através das Cooperativas Singulares. Estas têm acesso ao Mercado Interfinanceiro e a novos produtos e serviços através do BANCOOB.

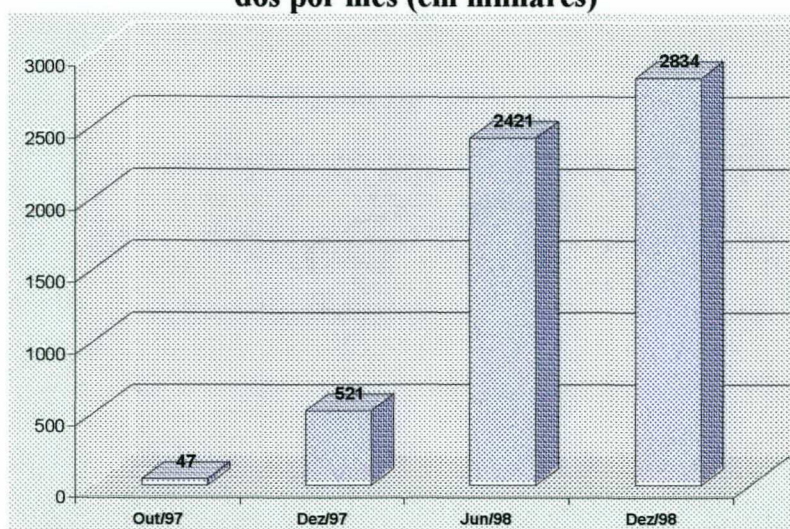
Os gráficos a seguir (**Gráfico 1.**, **Gráfico 2.**, **Gráfico 3.** e **Gráfico 4.**) apresentam a evolução dos diversos dados e indicadores do BANCOOB, desde outubro de 1997.

Gráfico 1 **Evolução dos Depósitos (em R\$ milhões)**



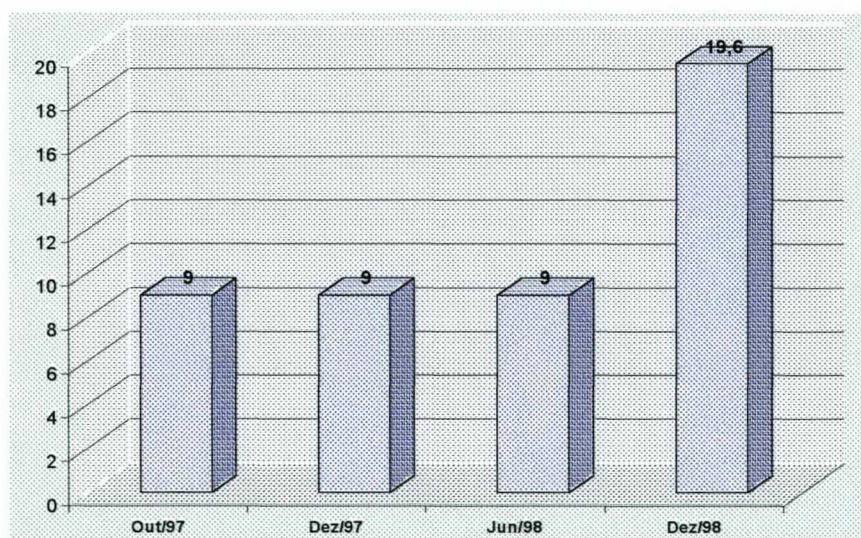
Fonte: BANCOOB, 1999.

Gráfico 2 **Evolução do nº de documentos compensados por mês (em milhares)**



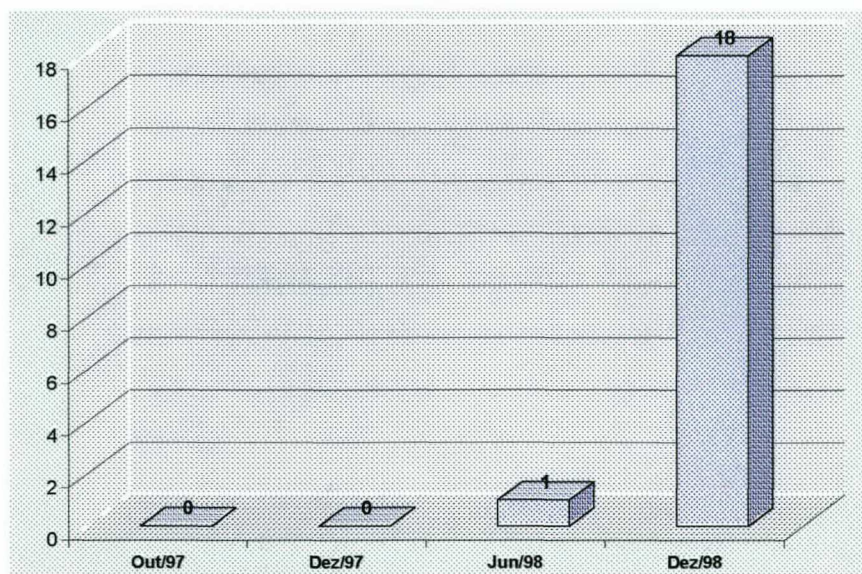
Fonte: BANCOOB, 1999.

Gráfico 3 **Evolução do PLA (em R\$ milhões)**



Fonte: BANCOOB, 1999.

Gráfico 4 **Evolução das operações de crédito (em milhões)**



Fonte: BANCOOB, 1999.

4.2.3 Segurança

O BANCOOB está estruturado para ser absolutamente sólido. Na definição da sua estrutura, foram tomadas uma série de providências organizacionais, administrativas e operacionais para garantir a sua segurança.

As exigências de liquidez e segurança, às quais o BANCOOB está submetido, emanam do próprio SICOOB, que é constituído por cooperativas autônomas, administrativa e juridicamente.

Como administrador da liquidez do sistema, o BANCOOB orienta sua política através dos princípios de Segurança, Liquidez e Rentabilidade, nesta ordem.

O BANCOOB administra seus ativos de maneira conservadora, tendo, hoje, as suas aplicações, no Mercado Interfinanceiro, em Bancos rigorosamente selecionados e em Títulos Federais.

Os critérios adotados para concessão de crédito são rígidos e eficientes, mas, ao mesmo tempo, ágeis. Cada linha de crédito é regulamentada e divulgada para o SICOOB através de cartas circulares, onde são estabelecidos procedimentos que visam garantir o recebimento das operações. Todas as propostas encaminhadas pelas Cooperativas Singulares ao Banco são avaliadas por um Comitê de Crédito, formado por profissionais capacita-

dos e de alto nível. De forma complementar aos mecanismos de avaliação de crédito utilizados pelo Banco, cabe às Cooperativas Centrais examinar e emitir parecer sobre as propostas das Cooperativas Singulares, suas filiadas, antes de encaminhá-las ao BANCOOB.

Os mesmos cuidados e procedimentos utilizados na gestão dos créditos são aplicados na gestão dos ativos financeiros. Através de um Comitê Financeiro, igualmente formado por profissionais qualificados, são discutidas as linhas gerais de atuação da mesa de operações, bem como, o perfil das principais operações. Os Bancos escolhidos para serem parceiros do BANCOOB são cuidadosamente analisados por empresas de “rating” contratadas para este fim e, ainda, como medida adicional de segurança, não é permitida a concentração de operações em poucos Bancos. Grande parte dos ativos financeiros são constituídos por títulos federais.

4.2.4 Cooperativas Centrais

As Cooperativas Centrais são Cooperativas de segundo grau, ou seja, seu quadro de associados é formado, exclusivamente, pelas Cooperativas Singulares. O papel de liderança e controle exercido por essas instituições junto às suas associadas é de fundamental importância na dinâmica Operacional do BANCOOB.

São funções e responsabilidades da Central, entre outras:

- Promover a integração entre as Cooperativas Filiadas;
- Prestar assessoria às filiadas nas operações e serviços, através da manutenção de especialistas em seus quadros de pessoal;
- Oferecer serviços de inspeção e auditoria às Cooperativas Singulares, o que é, inclusive, instruído pelo Banco Central;
- Elaborar e coordenar programas de treinamento para funcionários e dirigentes, o que vem contribuindo significativamente para o aprimoramento das Cooperativas Singulares;
- Prestar o serviço de Centralização Financeira, onde a liquidez do sistema é gerenciada, produzindo significativo ganho de escala nas taxas obtidas junto ao mercado financeiro;

- Prestar o serviço de redirecionamento dos recursos excedentes de uma Cooperativa para outra;
- Centralizar serviços e processos administrativos, produzindo economia de escala para as Cooperativas Singulares;
- Oferecer suporte aos sistemas de informática;
- Buscar, junto ao sistema bancário, linhas de recursos para serem emprestados por suas filiadas

Destaca-se, na atuação da maioria das Centrais, o papel de liderança e as ações operacionais e técnicas exercidas como agentes de segurança nas operações de repasse de recursos, efetuados pelo sistema bancário às suas filiadas.

Em dez anos de histórico de operações de repasses feitas por Bancos Comerciais às Cooperativas de Crédito, com interveniência das Centrais que hoje participam do SICOOB, não existe registro de nenhuma inadimplência da Cooperativa com o Banco repassador. Na realidade, nunca houve, por parte da Cooperativa de Crédito, atraso sequer de um dia.

Outro importante papel das Cooperativas Centrais é o de acionista controlador do BANCOOB. Através desta prerrogativa, participam das definições estratégicas básicas do Banco, voltadas para as necessidades do SICOOB, no âmbito do Mercado Bancário.

4.2.5 Cooperativas Centrais Controladoras do BANCOOB

- Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB Central BA
- Central das Cooperativas de Crédito do Distrito Federal Ltda. – CECREDIF
- Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Estado do Espírito Santo Ltda. – CECREST
- Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – SICOOB Central ES
- Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. – CREDIGOIÁS
- Central das Cooperativas de Crédito Urbano do Estado de Mato Grosso – CECREMAT

- Central das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado de Minas Gerais Ltda. – CECREMGE
- Cooperativa Central de Crédito Rural de Minas Gerais Ltda. – CREDIMINAS
- Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Pará Ltda. – CECRESPA
- Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste Centracoop Ltda. – CENTRACOOP
- Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – CECRERJ
- Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina – SICOOB SC Central
- Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – CECRESP
- Cooperativa Central de Crédito Rural do Estado de São Paulo Ltda. – SICOOB SP – COCECRER

4.2.6 Cooperativas de Crédito Singulares

As Cooperativas de Crédito Singulares são a base do SICOOB. Todos os contatos das entidades ligadas ao Cooperativismo de Crédito com os seus associados são realizados a partir delas. São regulamentadas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional através da Resolução 1.914, de 11/03/92, cabendo, portanto, ao Banco Central do Brasil autorizar o seu funcionamento e fiscalizar as suas atividades.

As Cooperativas Singulares são constituídas por no mínimo 20 pessoas físicas que exerçam a mesma atividade econômica, ou sejam empregados de uma mesma categoria profissional ou, excepcionalmente, sejam proprietários de microempresas que exerçam a mesma atividade comercial. Os associados das Cooperativas Singulares são, concomitantemente, seus usuários, donos e fornecedores. Sendo assim, participam da sua gestão elegendo seu Conselho de Administração e o seu Conselho Fiscal.

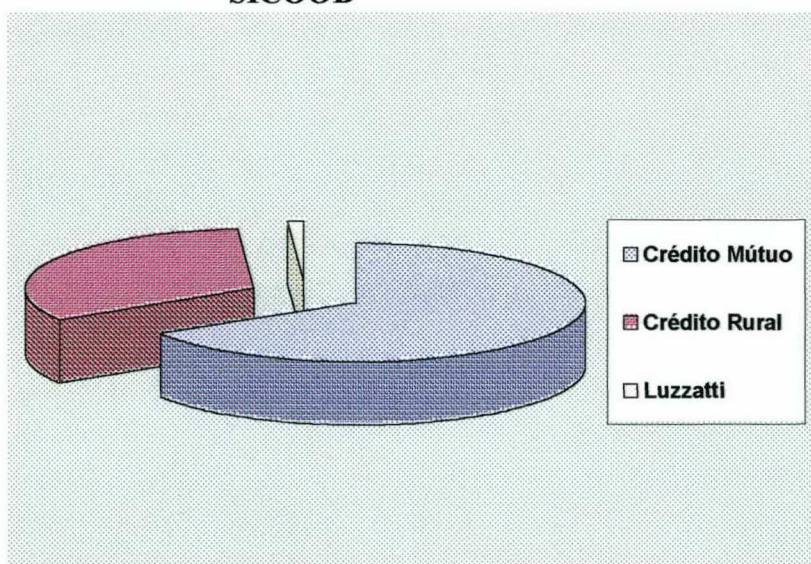
Existem, no Brasil, três segmentos de Cooperativas de Crédito:

- a) **Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo (Urbanas):** são normalmente formadas por funcionários de empresas, comerciantes de uma mesma atividade e profissionais autônomos que se organizam para desenvolver

programas de assistência financeira e de prestação de serviços, buscando obter o adequado atendimento de suas necessidades de crédito. Entre outros produtos e serviços oferecidos por estas Cooperativas, destacam-se: empréstimos pessoais, financiamento de bens duráveis, orientação para compras a prazo e investimentos, conta corrente, cheque especial, RDC – Recibo de Depósito Cooperativo, recebimento de proventos, seguros de vida solidários, serviço de saneamento financeiro, etc.

- b) **Cooperativas de Crédito Rural:** são constituídas por pessoas físicas que desenvolvem, na área de atuação cooperativa, atividade agrícola, pecuária ou extração de pescado. Entre outros produtos e serviços normalmente oferecidos, destacam-se os seguintes: conta corrente, cheque especial, desconto de títulos, abertura de crédito em conta corrente, crédito rural (financiamento de custeio, investimento e comercialização) , RDC – Recibo de Depósito Cooperativo.
- c) **Cooperativas Luzzatti:** são Cooperativas de Crédito sem restrição de associados. A abertura desse tipo de Cooperativa não é mais permitida pelo Banco Central. Atualmente existem 13 em atividade.

Gráfico 5 **Tipos de Cooperativas componentes do SICOOB**



Fonte: BANCOOB, 1999.

4.2.7 SICOOB

O SICOOB, Sistema das Cooperativas de Crédito Integrantes do BANCOOB, é constituído por 14 Cooperativas Centrais e suas filiadas, urbanas e rurais, e o BANCOOB. As entidades participantes do SICOOB são independentes administrativa e juridicamente. No entanto, estão integradas operacionalmente, funcionando como uma rede.

O SICOOB é o maior Sistema de Crédito Cooperativo do Brasil. Apresenta, com base em 31/12/98, posições altamente significativas, como:

- 733 Cooperativas;
- 291 Postos de Atendimento Cooperativo – PACs;
- 1.024 Pontos de Atendimento;
- 656 mil Associados;
- R\$ 683 milhões de Patrimônio Líquido;
- R\$ 829 milhões em Depósitos;
- R\$ 921 milhões em Empréstimos; e
- R\$ 83 milhões de Resultado em 1998.

Sua abrangência pode ser melhor visualizada com base no **Quadro 4**, apresentado a seguir. Este quadro classifica, também, as Cooperativas Singulares, filiadas a cada uma das Centrais apresentadas, quanto ao seu tipo e quanto ao seu número:

Quadro 4 Cooperativas Centrais e suas Filiadas

| DEZEMBRO/1998 | | | | |
|---|----|-------------------------|--------|-------|
| Cooperativas Centrais Controladoras do BANCOOB | UF | Cooperativas Singulares | | TOTAL |
| | | Rural | Urbana | |
| SICOOB Central | BA | 21 | 7 | 28 |
| Cecredif | DF | 1 | 19 | 20 |
| Cecrest | ES | - | 29 | 36 |
| SICOOB Central | | 7 | - | |
| SICOOB Central | GO | 10 | 4 | 14 |

| | | | | |
|-----------------|----|------------|------------|------------|
| Cecremat | MT | - | 9 | 9 |
| Cecremge | MG | - | 137 | 241 |
| Crediminas | | 104 | - | |
| Cecrespa | PA | 1 | 31 | 32 |
| Centracoop | PB | - | 12 | 12 |
| | PE | - | 4 | 4 |
| | RN | 5 | - | 5 |
| Cecrerj | RJ | 1 | 66 | 67 |
| SICOOB Central | SC | 29 | 5 | 34 |
| Cecresp | SP | - | 195 | 231 |
| SICOOB-Cocecrer | | 36 | - | |
| TOTAL | | 215 | 518 | 733 |

Fonte: BANCOOB, 1999.

4.3 Produtos e Serviços no Setor Financeiro

Esta parte do trabalho busca, através de breves explicações, apresentar os principais produtos e serviços oferecidos pelos bancos comerciais e pelas cooperativas de crédito, caracterizando-os. Com isto, quer-se demonstrar as possíveis fontes de receita da cooperativa e as facilidades que ela pode oferecer aos associados.

4.3.1 Exposição de Dados Gerais

Segundo Fortuna (1995), tomar o dinheiro excedente de quem tem e emprestá-lo para quem precisa deixou de ser, há tempos, a característica do mercado bancário no Brasil. A prestação dos mais variados serviços também se tornou importante alavanca da expansão do sistema financeiro na renda nacional, ajudando a canalizar recursos das mais diversas fontes para os cofres carentes do deficitário setor público.

Entende-se por produtos de serviços os relacionados à prestação de serviços aos clientes, cuja remuneração ao Banco é obtida através do *float*³ ou pela cobrança de tarifas de prestação de serviços. As tarifas de serviço são fiscalizadas pelo BC, e são um elemento mercadológico da concorrência entre os Bancos.

Tratar-se-á, na sequência, dos principais produtos e serviços, oferecidos por bancos mas, que podem ser oferecidos pelas cooperativas de crédito também. Estes são:

- Conta corrente;
- Cartão de crédito/saque;
- Aplicações financeiras;
- Cheque especial;
- Descontos de títulos e notas promissórias;
- Empréstimos;
- Emissão de talonário de cheques;
- Compensação de cheques e outros papéis;

³ Permanência de recursos transitórios dos clientes no Banco.

- Cobrança de títulos;
- Pagamentos de títulos e carnês;
- Transferência automática de fundos;
- Arrecadação de tributos e tarifas públicas;
- *Home Banking*;
- *EDI – Eletronic Data Interchange* e
- *Remote Banking*

A agência bancária ou, no caso das cooperativas de crédito, o posto de atendimento ao cooperado, dentro do conceito de relacionamento com o cliente, é o ponto de atendimento aos clientes e pode virtualmente ser um local fixo e ter seus desdobramentos remotos. É na agência que os produtos e serviços bancários são oferecidos. Divide-se em:

a) Atendimento pessoal

- caixas (saques, pagamentos e depósitos)
- balcão de atendimento (informações e serviços)
- plataforma de negócios (aplicações e consultas específicas de clientes)

b) Auto-atendimento

- *cash dispenser*
- terminais de consultas
- emissor de cheques
- balcão eletrônico
- caixa rápido
- terminais de recebimentos
- terminais de pagamentos
- agências de auto-atendimento

c) Atendimento remoto

- troca de informações
- central de atendimento
- *remote banking*

4.3.2 Depósito à Vista – Conta Corrente

A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica e distintiva dos Bancos comerciais, o que os configura como instituições financeiras monetárias. É a chamada captação a custo zero.

Assim, o depósito à vista, para o Banco, é um dinheiro gratuito. Entretanto, como existe um custo implícito na abertura e na movimentação de uma conta corrente, os Bancos podem, eventualmente, estabelecer valores mínimos para abertura e manutenção de saldo médio em conta pelo cliente, que, pelo menos, garanta a cobertura dos custos operacionais desta conta.

Embora sendo uma captação de recursos dos clientes, acredita-se ser melhor enquadrar este produto como serviço, pois a qualidade de atendimento e os recursos tecnológicos colocados à disposição da clientela é que diferencia os Bancos.

A conta corrente é o produto básico da relação entre o cliente e o Banco, pois através dela são movimentados, via depósito, cheques, ordens de pagamento ou DOC, os recursos do cliente. Elas podem ser individuais ou conjuntas.

Os valores depositados em conta corrente em cheque só podem ser movimentados no mesmo dia também via cheque, caso sejam da mesma praça; caso contrário, darão origem aos chamados “saque sobre valor” que, quando ocorrem, geram perda de reserva para o Banco, pois este estará, na verdade, adiantando recursos ao depositante antes de realmente dispor das reservas bancárias.

4.3.3 Cartão de Crédito/Movimentação

Os bancos, quase em sua totalidade, concedem aos seus correntistas cartões magnéticos para a realização de movimentações financeiras (saques, retirada de extratos, aplicações financeiras e demais operações passíveis de serem realizadas em terminais de auto-atendimento) e, no caso dos cartões de crédito, para uso no comércio em geral como forma de pagamento.

Cada dia mais, segundo Ferreira (1997), os cartões magnéticos e de crédito vêm assumindo uma maior importância devido a sua relativa segurança, facilidade de uso e

de transporte, fazendo parte do cotidiano da grande maioria das pessoas que detêm conta corrente em alguma instituição financeira.

4.3.4 Aplicações Financeiras

Segundo o BANCOOB, as cooperativas de crédito oferecem, basicamente, um tipo de aplicação financeira: o RDC (Recibo de Depósito Cooperativo). O RDC é a versão cooperativa do RDB (Recibo de Depósito Bancário) e do CDB (Certificado de Depósito Bancário). Estes dois são os mais antigos e utilizados títulos de captação de recursos do setor privado. São oficialmente conhecidos como depósitos a prazo. Os recursos captados através desses instrumentos são repassados aos clientes na forma de empréstimos para financiamento de capital de giro e/ou aquisição de equipamentos.

O prazo mínimo é de 30 dias para os títulos prefixados, que embutem uma expectativa inflacionária na taxa nominal, já que o ganho real (taxa nominal – inflação) só será conhecido após decorrido o prazo determinado. Os títulos pós-fixados têm um prazo mínimo de dias e suas taxas são indexadas pela TR. Quando há desconfiança nos reflexos da inflação sobre os indexadores utilizados nos títulos pós-fixados, pode-se preferir utilizar os títulos prefixados como precaução.

A maior diferença entre os dois tipos de título é que o CDB é transferível por endosso nominativo, podendo ser vendido a qualquer hora, dentro do prazo contratado. Já o RDB é intransferível, não podendo ser revendido ou devolvido ao banco emitente.

4.3.5 Cheque Especial

Esse produto é caracterizado quando uma conta de crédito (conta garantida), com um valor limite, é aberta e movimentada diretamente pelos cheques emitidos pelo cliente, desde que não haja saldo disponível na conta corrente de movimentação. À medida que, nessa conta corrente existam valores disponíveis, estes são transferidos para cobrir o saldo devedor da conta garantida.

Para o cliente o produto garante a liquidez imediata para suas emergências. Para o banco, é um instrumento mercadológico forte, mas que, se mal administrado, pode representar uma perda significativa, tendo em vista seu impacto sobre a administração de reservas bancárias, já que é necessário deixar recursos à espera para atender a eventuais demandas e, portanto, sem aplicação.

Os juros sobre este produto são calculados diariamente sobre o saldo médio devedor e cobrados normalmente, no primeiro dia útil do mês seguinte ao da movimentação.

Este produto é, segundo Aissa (1997), muito utilizado pelos correntistas dos bancos, apesar de seu custo elevado.

4.3.6 Descontos de Títulos e Notas Promissórias

É o adiantamento de recursos aos clientes, feito pelo banco, sobre valores de duplicatas de cobrança ou notas promissórias, de forma a antecipar o fluxo de caixa do cliente. Este transfere o risco do recebimento de suas vendas a prazo para o banco e garante o recebimento imediato dos recursos, que, teoricamente, só teria disponíveis no futuro.

Esse desconto é feito, normalmente, para títulos de vencimento a curto prazo (entre 30 e 60 dias). A operação de desconto dá ao banco o direito de regresso, ou seja, no vencimento, caso o título não seja pago pelo sacado, o cedente assume a responsabilidade do pagamento, incluindo multa e/ou juros de mora pelo atraso.

O que se vê, em grande parte das cooperativas, é uma alteração desse produto. Elas realizam a chamada troca de cheques, aceitando cheques dos cooperados com data de emissão futura e pagamento em dinheiro imediato. Essa operação não tem o aval do BC, não apresentando garantias.

4.3.7 Empréstimos

São as operações tradicionais de empréstimo vinculadas a um contrato específico que estabeleça prazo, taxas, valores e garantias necessárias e que atendem às necessidades de capital dos tomadores desses recursos. No caso das cooperativas, seus associados.

O plano de amortização é estabelecido de acordo com os interesses e necessidades das partes. Esse tipo de empréstimo é, normalmente, garantido por duplicatas.

Amorim (1988) reúne em um guia bastante prático vários pontos importantes que devem ser analisados por ocasião de decisão sobre a tomada ou não de empréstimos.

4.3.8 Emissão de Talonários de Cheques

Os Bancos emitem cheques personalizados, podendo recusar seu pagamento nos seguintes casos: insuficiência de fundos (cheque sem fundos); divergência ou insuficiência na assinatura do emitente; irregularidade formal ou erro no preenchimento; contra-ordem escrita do emitente (bloqueio); encerramento de contas. O MNI estabelece as regras a serem seguidas pelos Bancos e as penalidades para o emitente de cheque sem fundos, que se tornaram mais rigorosas após o Plano Collor.

Os cheques acima de R\$ 100,00 (cem) devem, obrigatoriamente, ser nominativos, caso contrário serão devolvidos, mas o nome do emitente não vai para o Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos.

Cheque é uma ordem de pagamento à vista. O cheque deve ser apresentado para pagamento à conta do dia da emissão no prazo de 30 dias, quando emitido no lugar onde tiver de ser pago, e de 60 dias quando emitido em outro lugar do País ou do exterior. O portador do cheque tem prazo de seis meses para promover a sua execução contra seu emitente e seu avalista, sob pena de prescrição.

4.3.9 Compensação de Cheques e Outros Papéis

O serviço de compensação de cheque e outros papéis é regulado pelo BC e executado pelo BB. O serviço é realizado entre Bancos, na câmara de compensação do BB, e permite a cobrança de cheques, a transferência de fundos, pagamento de títulos e outras obrigações. É desenvolvido por meio de três modalidades:

- a) Local: abrange as agências bancárias localizadas em uma determinada praça, em geral um local de acesso difícil, onde, além de uma agência do BB, existe a de uma outra instituição.
- b) Integrada Regional: abrange as agências localizadas em uma determinada região; tanto a liquidação financeira como o prazo para devolução ocorrem em $D + 1$.
- c) Nacional: abrange todas as agências existentes no País; a liquidação financeira se dá em $D + 1$, independente do prazo de devolução; o prazo de devolução varia de cinco a 11 dias, contados a partir de $D + 1$.

Quadro 5 Compensação de cheques

| Cheques Trocados Entre | Prazo de Devolução em Dias úteis |
|---------------------------|----------------------------------|
| Capitais | 3 |
| Capital e interior | 4 |
| Cidades do interior | 5 |
| Regiões de difícil acesso | 6 |

Fonte: Fortuna, 1995.

As compensações locais ou nacionais trocam apenas cheques. A compensação integrada troca vários documentos, sendo os principais: *cheques* (inclui os de ordem de pagamento); *fichas de compensação* (de cobrança e de DOC).

O valor dos chamados “cheques maiores” e “cheques menores” é determinado pelo Banco Central do Brasil. Os cheques menores representam 85% da quantidade e acu-

mulam apenas 5% do valor. Devido ao grande volume, são trocados em $D + 1$, para possibilitar a preparação para a troca. Portanto, os cheques maiores são compensados em 24 horas e os cheques menores; em 48 horas.

Há, atualmente, uma tendência muito grande em se substituir as transações via cheque pelas transações eletrônicas, dando agilidade e barateando os custos deste tipo de serviço, segundo Ferreira (1997).

4.3.10 Cobrança de Títulos

O produto mais importante desenvolvido pelas instituições nos últimos 10 anos foi a cobrança bancária, um serviço indispensável para qualquer Banco comercial, conforme Fortuna (1995).

Com a cobrança, os Bancos estreitaram o relacionamento com as empresas e engordaram as aplicações dos recursos transitórios em títulos públicos.

A cobrança é o carro-chefe do relacionamento com os clientes, pelo fato de ser uma relação reforçada pelo contato diário com as empresas clientes.

Através dela, o Banco vivencia o fluxo do caixa do cliente no seu lado mais sensível – a receita.

A cobrança bancária é feita através dos bloquetes que substituem duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio, recibos ou cheques e têm o poder de circular pela câmara de compensação.

Os valores resultantes da operação de cobrança são automaticamente creditados na conta corrente do cliente em D ou $D + 1$, de acordo com o previamente acertado entre Banco e cliente.

Os Bancos cobram os títulos de seus clientes em qualquer praça e, graças ao sistema de compensação, os títulos podem ser pagos, até o vencimento, em qualquer agência bancária; após o vencimento, apenas nas agências do Banco emissor do bloquete. As vantagens deste produto são discriminadas a seguir:

a) Para o Banco

- aumento dos depósitos à vista, pelos créditos das liquidações;
- aumento das receitas pela cobrança de tarifas sobre serviços;

- consolidação do relacionamento com o cliente;
- inexistência do risco de crédito.

b) Para o cliente

- capilaridade da rede bancária,
- crédito imediato dos títulos cobrados;
- consolidação do relacionamento com o Banco;
- garantia do processo de cobrança (quando necessário o protesto).

Atualmente, o relacionamento banco/cliente na “cobrança escritural” é praticamente todo automatizado. Não há mais necessidade da duplicata como comprovação da operação – basta o bloquete. Os dados dos títulos a serem cobrados são passados aos Bancos via meios magnéticos ou direto, via computador. O Banco emite os bloquetes aos sacados que, após cobrados, são informados aos clientes via computador, e seu valor automaticamente creditado em conta.

Devido à enorme concorrência e à necessidade de qualificar cada vez mais o produto, foram criados diferentes e sofisticados tipos de cobrança, como por exemplo:

- *cobrança imediata*, sem registro de títulos;
- *cobrança seriada*, para pagamento de parcelas;
- *cobrança de consórcios*, para pagamento de consórcios;
- *cobrança de cheques pré-datados*;
- *cobrança remunerada*, remuneração dos valores cobrados;
- *cobrança indexada*, em qualquer índice ou moeda;
- *cobrança casada*, cedente sensibiliza sacado e vice-versa;
- *cobrança programada*, garantia do fluxo de caixa do cedente;
- *cobrança antecipada*, eliminação de tributos de vendas a prazo;
- *cobrança caucionada*, cobrança de garantias de contratos de empréstimo;
- *cobrança de títulos descontados*, desconto de títulos.

A cobrança é um produto em permanente evolução, baseado na tecnologia dos recursos da informática.

4.3.11 Pagamentos de Títulos e Carnês

Os títulos a pagar de um cliente têm o mesmo tratamento de seus títulos a receber (cobrança). O cliente informa ao Banco, via computador, os dados sobre seus fornecedores, com datas e valores a serem pagos e, se for o caso, entrega os comprovantes necessários ao pagamento. De posse destes dados, o Banco organiza e executa todo o fluxo de pagamentos do cliente, via débito em conta, DOC ou ordem de pagamento, informando ao cliente todos os passos executados. O documento de crédito (DOC), utilizado para pagamentos ou depósitos entre Bancos, desde que situados na mesma praça.

A ordem de pagamento (OP), é utilizada para pagamentos ou depósitos dentro do mesmo Banco, para agências em praças diferentes.

4.3.12 Transferência Automática de Fundos

Serviço prestado ao cliente que, por gerenciamento de seu caixa, necessite ter uma ou mais contas em uma ou mais agências do Banco.

O cliente informa previamente ao Banco em que contas deseja manter este ou aquele nível de saldo. O Banco, automaticamente, ao final do dia, movimenta as contas do cliente, de forma a fechar o saldo diário dessas contas de acordo com o determinado pelo cliente.

4.3.13 Arrecadação de Tributos e Tarifas Públicas

São serviços prestados às instituições públicas, através de acordos e convênios específicos, que estabelecem as condições de arrecadações e repasses desses tributos/tarifas.

Os prazos de retenção dos produtos arrecadados, os fluxos dos documentos e as formas e prazos de repasse são próprios de cada tributo/tarifa.

Os Bancos, neste serviço, através de suas 25.000 agências, substituem, na verdade, as antigas coletorias, o que não impede que este serviço seja o maior gerador de filas nas agências bancárias. Por esta razão, os Bancos estão aperfeiçoando a tecnologia da informática e criando métodos alternativos para o recolhimento e o repasse mais ágeis deste serviço.

As agências dos correios estão sendo incluídas como agentes arrecadadores de tributos. Muitas vezes os Bancos também pagam ao público, como é o caso dos aposentados, do PIS e do FGTS.

Este serviço oferece uma série de vantagens para as diversas partes envolvidas:

a) Vantagens para o Banco

- aumento de aplicações graças aos valores arrecadados, com conseqüente aumento de receitas;
- atrativo para a conquista de novos clientes;
- ancoragem do cliente no Banco (domicílio bancário)

b) Vantagens para o cliente/instituição pública

- certeza do rigor no cumprimento das cláusulas contratuais;
- eliminação de custos administrativos;
- segurança e tranquilidade no manuseio dos valores

c) Vantagens para o cliente/contribuinte

- comodidade do recolhimento/pagamento do tributo num domicílio bancário;
- financiamento/remuneração dos recolhimentos;
- segurança dos serviços executados;
- eliminação da perda de tempo e do trabalho de pagamento em diferentes órgãos públicos

Em meados de 1991, o Governo lançou um pacote de desregulamentação para facilitar o pagamento de tributos/tarifas, tais como:

- permissão da criação de postos bancários de arrecadação e pagamento (PAP), pelos Bancos, individuais ou compartilhados, funcionando fora do expediente bancário e com múltiplas funções;
- arrecadação de tributos em geral;
- recebimento de contas de água, energia elétrica, telefone e gás;
- recebimentos e pagamentos ligados ao INSS, ao PIS/Pasep e ao FGTS;
- recebimento de carnês e assemelhados, amparado por convênio de prestação de serviços;
- movimentação, por saques e depósitos, de contas de clientes e agências;
- efetivação de ordens de pagamento;
- recebimento de títulos;
- autorização para o débito direto e gratuito em conta corrente de cobrança de tarifas públicas;
- autorização para a cobrança das tarifas públicas pela rede de casas lotéricas da Caixa Econômica Federal.

A evolução da tecnologia da teleinformática permitiu um acelerado desenvolvimento da troca de informações entre os bancos e seus clientes. Os dois mais notáveis exemplos do estado da arte nesse setor são o *home banking* e o EDI.

4.3.14 Home Banking

Home banking é, basicamente, toda e qualquer ligação entre o computador do cliente e o computador do banco, independente de modelo ou tamanho, que permita às partes se comunicarem à distância.

Através do *home banking*, o cliente, sem sair de seu escritório, tem, entre outros serviços, informações sobre: saldo e movimentação em conta corrente; saldo e movimentação de cobrança/contas a pagar, posição, aplicações e resgates em fundos; operações de empréstimo; cotações de moedas/índices e bolsas de valores; saldo em caderneta de poupança.

Ao mesmo tempo, o cliente pode se comunicar diretamente com o banco, solicitando alterações dos seus títulos em cobrança, talões de cheques ou qualquer outro tipo de demanda não-negocial.

A comunicação é feita via linha telefônica, quer seja pública ou privada através de modem.

Mais recentemente, com enorme ganho em segurança, velocidade e qualidade, alguns bancos introduziram a sofisticação da comunicação própria via satélite, com garantia total de conexão.

Qualquer equipamento é aceito nestes diálogos, pois os recursos de informática dos bancos compatibilizam os protocolos de comunicação de forma automática.

A segurança na transmissão de dados é garantida pelo perfil de autorização que o banco concede, através de uma palavra-chave (senha), que limita o acesso às informações.

Fortuna (1995) afirma ser esta a grande tendência de serviços a serem oferecidos pelos bancos nos próximos anos. Isto é visível uma vez que um número cada vez maior de bancos vem oferecendo serviços de *home banking* a seus clientes.

4.3.15 Remote Banking

Assim como o *home banking*, Fortuna (1995) afirma que dentro do processo de redução de custos de intermediação financeira, os bancos, mais recentemente, concluíram sobre a importância de reduzir o trânsito e a fila de clientes nas agências e, como consequência, o investimento necessário em instalações de atendimento.

Dessa forma, foi intensificado o atendimento remoto (fora das agências), segmentado pelo tipo de serviço prestado pelos bancos:

- Saques de dinheiro;
- Depósitos fora do caixa dos bancos;
- Entrega em domicílio de talonários de cheque;
- Pagamento de contas fora do caixa dos bancos;
- Débito automático em conta corrente de concessionárias de serviços públicos e outras empresas;

- Troca de informação constante com os bancos via *home banking* para obter extratos, aplicar, resgatar, transferir fundos entre contas, bloquear cheques, pedir talões, entre outros

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste serão mostradas as linhas gerais de funcionamento e operação da CREDTEC. Estas linhas comportam aspectos como a finalidade, o negócio, a missão, os objetivos e princípios, além da estrutura organizacional adotada pela instituição.

5.1 Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis - CREDTEC

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis – CREDTEC é uma associação de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e/ou serviços para a exploração de uma atividade econômica, de interesse comum, sem objetivo de lucro, cuja duração é de prazo indeterminado.

Foi constituída em Assembléia Geral sendo regida por um Estatuto Social. Sua principal atividade é o Cooperativismo de Crédito Mútuo. É administrada por um Conselho de Administração, cujo Exercício Social é de trinta e seis meses, sendo obrigatório, no término de cada período, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) de seus componentes, e um Conselho Fiscal, cujo Exercício Social é de doze meses, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) de seis membros efetivos e 1/3 (um terço) de suplentes. Recebe orientação e assistência do SICOOB Central de Santa Catarina na área administrativa, operacional e legal, bem como outros serviços necessários para a operacionalização da cooperativa.

A estrutura operacional de crédito que a CREDTEC oferece a seus associados compreende os serviços de compensação de cheques através do BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil S/A), fornecimento de talões de cheques, concessão de empréstimos, aplicações financeiras (prazo indeterminado e pré-fixada), recolhimentos específicos, con-

vênios de Assistência Médica e Odontológica, sistema de cobrança para pessoas jurídicas, enfim todos os serviços e atendimentos pertinentes a uma agência bancária convencional, e já citados anteriormente neste trabalho.

5.1.1 Finalidade

A cooperativa terá por objetivo a Educação Cooperativista, Financeira e a Prestação de Serviços aos seus associados, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito dentro das normas que regem as operações ativas e passivas, acessórias e especiais, fixadas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional e pelo BACEN – Banco Central do Brasil. Procurará, ainda, e por todos os meios, fomentar a expansão do cooperativismo de economia e crédito mútuo.

A Cooperativa visará ao fomento do cooperativismo, atendendo, entre outros, aos princípios da ajuda mútua, da economia sistemática, do uso adequado do crédito e expansão do cooperativismo de economia e crédito mútuo.

5.1.2 Sócios da CREDTEC

Poderão associar-se à CREDTEC pessoas físicas que, estejam na plenitude de sua capacidade civil e de forma efetiva e preponderante, desenvolvam, na área de ação da Cooperativa, atividades no setor de ensino, assim como toda e qualquer pessoa jurídica.

5.1.3 Capital Inicial Integralizado

A cooperativa teve seu capital constituído conforme o número de quotas-partes subscritas pelo total de seus associados. Efetuadas as subscrições e integralizações das quotas partes de capital, o capital total subscrito foi de Cr\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros) e o integralizado de Cr\$ 16.500.000,00 (dezesesseis milhões e qui-

nhentos mil cruzeiros). O Conselho de Administração, quando determinado em Assembléia Geral, poderá estipular que o associado subscreva novas quotas-partes de capital, fixando a periodicidade, o percentual e a base de incidência.

O Conselho de Administração estabelecerá proporcionalidade entre o valor do capital integralizado e os empréstimos levantados pelos associados.

A quota-parte é indivisível e intransferível a qualquer não associado, exceto a herdeiros do associado falecido, ficando sub-rogados nos direitos de receber o que de direito tinha o sócio falecido.

5.1.4 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional das empresas é bastante variável, segundo Chiavenato (1987) e Stoner (1987). A CREDTEC toma por base a estrutura funcional proposta, e já citada anteriormente neste trabalho. A seguir seguem os componentes da mesma:

- a) **Assembléia Geral:** a Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da cooperativa e, dentro dos limites da lei e do Estatuto Social, tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade, e de suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.
- b) **Conselho Fiscal:** o Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos em Assembléia Geral.
- c) **Conselho de Administração:** a cooperativa é administrada por um Conselho de Administração, composto de um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e 09 (nove) Conselheiros, sendo 07 (sete) titulares e 02 (dois) suplentes. A diretoria executiva da cooperativa, é definida por escolha do Conselho de Administração entre seus pares, sendo realizada sempre no decorrer da Assembléia Geral, logo a seguir ao ato de eleição de seus membros e comunicada aos associados presentes em plenário. O mandato do Conselho de Administração é de 03 anos, sendo obrigatória, no término de cada período, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço)

de seus componentes. Reunisse, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, ou da maioria do próprio Conselho, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal. No desempenho de suas atribuições, cabe-lhe:

- aprovar os regulamentos e regimentos internos;
- adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, na forma como for estabelecida pela Assembléia Geral;
- deliberar sobre a admissão, eliminação ou exclusão de associados, podendo, a seu exclusivo critério, aplicar, por escrito, advertência prévia;
- contratar os serviços de auditoria independente;
- contrair obrigações, transigir, ceder, e constituir mandatário, podendo delegar estes poderes ao Diretor Presidente, ou a seu substituto legal em conjunto com o Diretor Administrativo ou com o Diretor Financeiro, nos termos do Regimento Interno;
- estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando, mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;
- formular os planos anuais de trabalho e respectivos orçamentos;
- permitir a intervenção do SICOOB/SC – CENTRAL, através de uma comissão formada por 02 (dois) membros do Conselho Fiscal desta cooperativa e 02 (dois) membros do Conselho de Administração da Central, para instalar auditoria e compartilhar a administração havendo problemas na cooperativa.

d) **Comissão de Crédito:** a Comissão de Crédito, como a própria denominação já deixa transparecer, é encarregada de analisar e autorizar ou desautorizar a liberação de Empréstimos a serem contraídos por associados.

e) **Presidência:** o Presidente supervisiona (incluam-se aí as obrigações da Supervisão segundo o Estatuto Social – (**Anexo I, pág. 94**) a administração geral e atividades da cooperativa através de permanentes contatos com os demais executivos.

- f) **Gerência:** é o elo que liga os cargos superiores e as suas deliberações aos cargos operacionais como os da Contabilidade ou da Tesouraria. Dentro dos seus limites caracteriza-se por uma mesclagem entre um cargo decisório e um cargo operacional.
- g) **Contabilidade:** de importância capital para a cooperativa, por estar ligada à alma da mesma. Envolve conferência de todos os documentos e fechamento diário, mensal, semestral e anual do Sistema Contábil da CREDTEC junto ao Banco Central do Brasil.
- h) **Setor de Escrituração:** incluso ao setor contábil, porém aqui tratado de maneira isolada para facilitar a sua visualização e compreensão. Envolvido com todas as demais tarefas de registro referentes à cobrança, conta capital, conta patrimônio, etc.
- i) **Tesouraria:** envolvida com a relação entre clientes, serviços prestados, despesas e receitas, etc. Cuida das atividades que relacionam a CREDTEC, o SICOOB/SC – Central e o BANCOOB, já que a cooperativa é filiada a estes.
- j) **Caixa:** envolvido com as atividades de atendimento ao público como: depósitos, saques, pagamentos, aplicações e resgates de aplicações, solicitações de talonários de cheques, informações, etc.

Esta é, basicamente, a estrutura de funcionamento da instituição e sobre a mesma é que são realizados os cálculos para determinação dos limites operacionais a serem seguidos pela mesma. Esta estrutura é bastante flexível e pode ser adaptada e formatada de acordo com o ingresso de recursos na instituição e com a quantidade e qualidade de serviços exigidos pelos associados e usuários em geral.

5.1.5 Negócio da Empresa

Toda empresa deve ter claramente definidos uma série de aspectos que irão orientar suas decisões e refletir nos seus resultados. Estes aspectos dizem respeito ao seu *negócio*, sua *missão* e seus *princípios*, pontos amplamente explorados por Porter (1990).

A CREDTEC/SC têm como negócio:

Prestar serviços financeiros através da ajuda mútua.

5.1.6 Missão da Empresa

A missão da CREDTEC é:

Educação Cooperativista, financeira e prestação de serviços aos seus associados, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito dentro das normas que regem as operações ativas, passivas, acessórias e especiais. Procurará ainda, e por todos os meios, fomentar a expansão do cooperativismo de economia e crédito mútuo.

5.1.7 Princípios

- Lealdade para com os usuários e associados
- Confiança no BANCOOB e no SICOOB/SC – Central
- Idoneidade nas operações realizadas
- Cooperação como moeda do novo milênio
- Responsabilidade para gerir os recursos alheios

5.1.8 Objetivos

- Propagar o ideal cooperativista dentro das instituições de ensino do estado de Santa Catarina
- Conseguir a adesão máxima dos cooperados das Instituições de Ensino de Santa Catarina, como associados
- Expandir a cooperativa para atender as necessidades dos associados
- Dar suporte financeiro a baixo custo aos associados da cooperativa

5.2 A Comissão de Crédito e a Concessão de Empréstimos

Tomando-se como base o fato de que a cooperativa realiza uma série de atividades ligadas ao crédito, sendo estas atividades de capital importância ao desenvolvimento da mesma e, logicamente, de seus associados, pretende-se abordar aqui um aspecto destas atividades que por ser, primeiramente, regulamentado para obedecer aos padrões de realização impostos pelo BACEN constituindo-se, portanto, num processo de certa forma elaborado e racionalizado visando evitar possíveis percalços e, segundo, por ser um processo que se repete em intervalos de tempo já pré-determinados e sem grandes variações quanto à sua realização, parecendo muito útil para a visualização e esclarecimento do mesmo.

É necessário citar e esclarecer certos princípios e regulamentações que tangem este processo por tratar-se o mesmo de um serviço o qual a CREDTEC está autorizada a realizar, pelo Banco Central do Brasil e, sendo a mesma uma cooperativa, por seus associados. Fica claro, então, que não se permite a Concessão de Empréstimos por parte desta Instituição Financeira sem que a mesma obedeça às premissas estabelecidas pelo BACEN e pelo próprio Estatuto Social da cooperativa.

- a cooperativa receberá dinheiro em depósito de seus associados, dos funcionários da própria cooperativa, e do público em geral, e somente concederá empréstimos e prestações de serviços de operações ativas aos associados

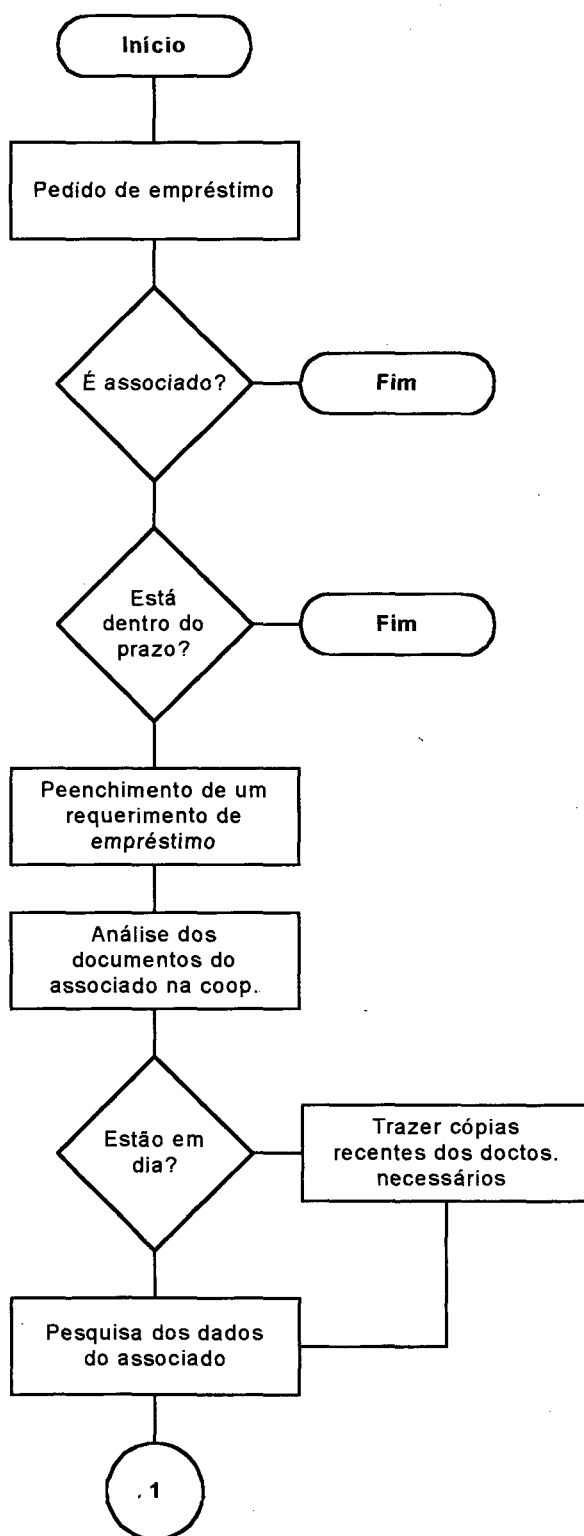
- todas as operações Ativas, Passivas, Acessórias e Especiais da cooperativa, serão movimentadas e regidas de acordo com normas vigentes do Banco Central do Brasil
- a Concessão de Empréstimos estará sujeita à fixação prévia de valores e prazos máximos, de modo a atender ao maior número de solicitações, e de acordo com as normas do BACEN
- os montantes de recursos e os prazos máximos serão gradativamente ampliados, de acordo com a soma de recursos disponíveis
- a prioridade na Concessão dos Empréstimos terá por base o grau de urgência que dele tenha o associado, com preferência para os de menor valor, analisada pela Comissão de Crédito
- o associado não atendido no mês, concorrerá no mês seguinte, em igualdade de condições com os demais solicitantes
- os Pedidos de Empréstimos serão previamente estudados pela Comissão de Crédito, tendo em vista:
 - a) o caráter do solicitante
 - b) a sua capacidade de pagamento
 - c) as garantias oferecidas
 - d) a finalidade do empréstimo
- a Comissão de Crédito supra mencionado será composta por membros do Conselho de Administração, nomeados pelo seu Presidente, obedecendo o regimento interno da cooperativa

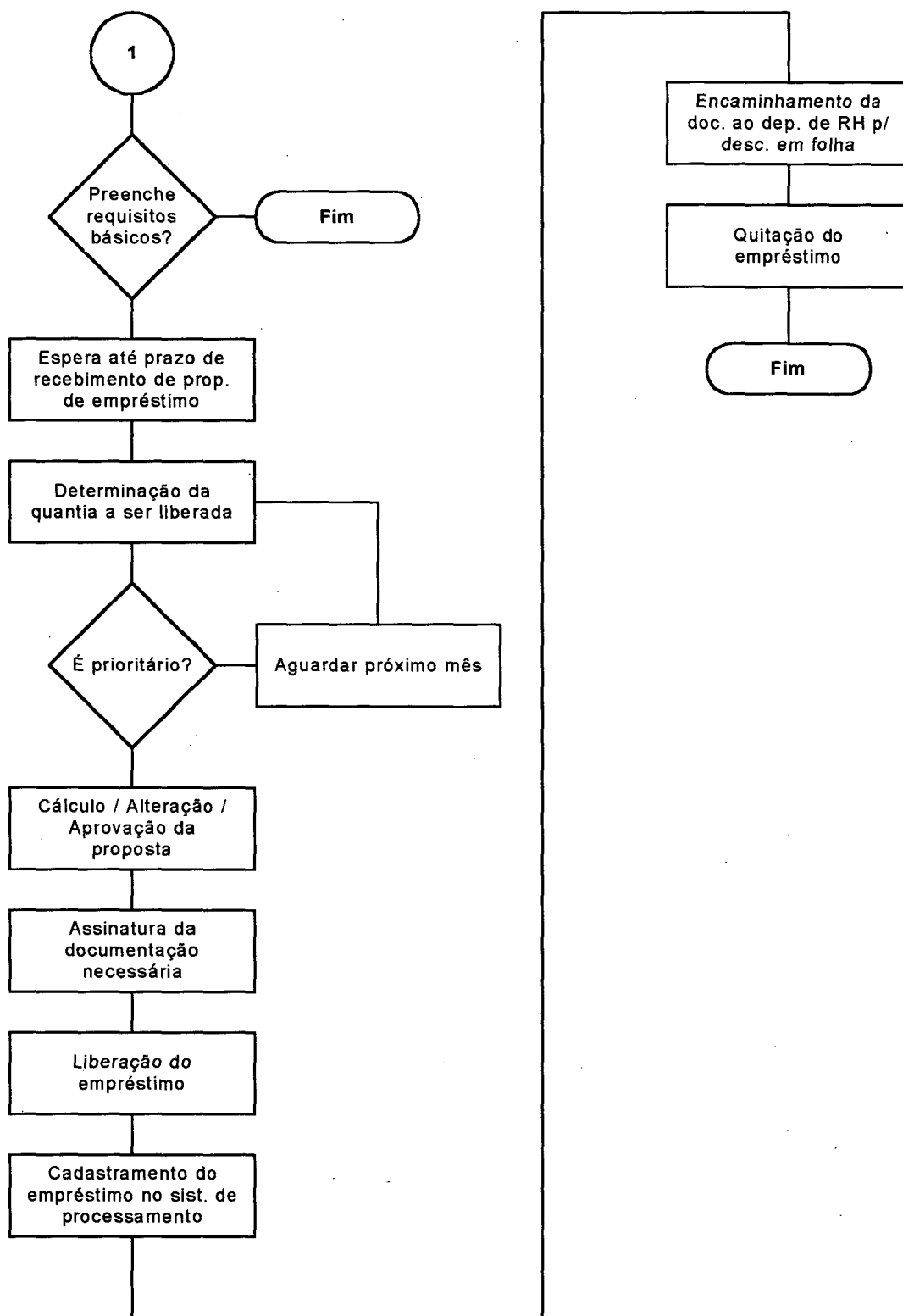
Analizadas estas disposições pode-se, então, partir para o detalhamento do processo de Concessão de Empréstimos iniciado com a chegada do associado interessado em contrair um Empréstimo na cooperativa e terminado com o encerramento do pagamento da

última parcela do mesmo à cooperativa, observando-se aí as resoluções contratuais firmadas entre o contratante (associado) e a contratada (CREDTEC).

A seguir segue o fluxograma do processo de Concessão de Empréstimos e em seguida se realiza a explanação deste, de seu desenvolvimento e de seu encaminhamento aos responsáveis pela emissão de um parecer, da análise de suas divisões e a da sua funcionalidade.

5.2.1 Fluxograma





5.2.2 O Processo de Concessão de Empréstimos

Nesta parte do estudo serão mencionados todos os passos a serem seguidos para que um associado consiga um empréstimo.

Inicialmente será abordado o funcionamento de todo o processo, desde sua solicitação feita pelo associado até sua quitação e depois, a distribuição de tarefas de cada

5.2.2.1 Funcionamento

O processo inicia-se com a vinda do requerente à cooperativa. O mesmo informa-se, normalmente, com o gerente (essas informações podem ser dadas por qualquer funcionário que tenha conhecimento do processo) sobre a possibilidade de obtenção de um Empréstimo junto à CREDTEC.

Caso o requerente não seja um associado da cooperativa, seu pedido é negado. Este poderá associar-se à cooperativa caso seja funcionário da Escola Técnica Federal do Estado de Santa Catarina ou Unidade de Ensino Descentralizada de São José. Neste caso o novo associado terá de submeter-se a uma carência de 60 dias a partir da data de sua inscrição junto à cooperativa para obter um Empréstimo. Sendo este um associado observa-se o requisito da próxima etapa do processo.

Este requisito é o prazo de Solicitação de Empréstimo que, segundo determinações, estende-se do vigésimo ao trigésimo dia de cada mês. Estando fora do prazo, o associado deve aguardar por seu início ou reinício. Estando dentro do mesmo, procede-se então à realização da próxima etapa.

O requisitante deve preencher uma Proposta de Empréstimo, na qual constarão seus dados básicos, como: nome, número da conta, data de filiação, salário líquido, valor e número de parcelas propostos para o Empréstimo, motivo do pedido; além de dados que serão posteriormente acrescentados pela própria cooperativa, como: situação da conta corrente, saldo médio, consulta no SERASA e SPC, saldo na conta capital e documentos que se fazem requisitar ao associado em casos especiais ou na falta ou invalidação dos mes-

mos. Após o preenchimento desta Proposta se acrescentam, ainda, a data do dia do pedido e a assinatura do requerente.

Durante o preenchimento da Proposta de Empréstimo por parte do associado, é feita a pesquisa da documentação do mesmo constante na cooperativa.

Se os documentos necessários à continuação do processo não forem mais válidos ou estiverem faltando em seu dossiê, é feita a solicitação de reposição ou inclusão de comprovantes (cópia ou o próprio documento) à sua documentação na cooperativa. Caso contrário parte-se diretamente para a nova etapa do processo.

De acordo com o que já foi citado, realiza-se agora uma busca de dados relevantes à Concessão do Empréstimo ao associado, como: saldo da conta corrente, saldo médio, saldo da conta capital, consulta no SERASA e SPC, verificação de aplicações do associado e/ou Empréstimos contraídos por este anteriormente (só é permitido ao associado um Empréstimo por vez na cooperativa).

Após esta pesquisa obtém-se o perfil do associado. Se este não preencher os requisitos básicos para a obtenção do Empréstimo, este lhe é negado (por exemplo: consulta positiva no SERASA ou SPC). Preenchendo estes requisitos, o associado ganha sinal verde para que sua Proposta seja analisada pela Comissão de Crédito.

A Proposta não será analisada pela Comissão de Crédito até que o prazo para Solicitação de Empréstimos esteja encerrado.

Com base nas parcelas referentes a Empréstimos contraídos anteriormente e, ainda não quitados, a serem recebidas se determina a quantia a ser liberada para Empréstimos no mês corrente das Propostas.

Determinada a quantia a ser liberada, realiza-se uma reunião onde a Comissão de Crédito estipula as Propostas de Empréstimo que devem ser atendidas com prioridade.

Chegando-se a um número de Propostas muito grande, onde o valor arrecadado em parcelas de Empréstimos concedidos nos meses anteriores não cobriria as necessidades de capital para a Concessão dos Empréstimos requeridos no mês corrente, passa-se a eliminar as Propostas julgadas “menos urgentes” em benefício das julgadas prioritárias.

Uma vez consideradas prioritárias, estas Propostas são calculadas, alteradas se necessário (número de parcelas proposto, por exemplo), e então aprovadas.

No prazo determinado o associado retorna à CREDTEC para verificar a Concessão ou não de sua Proposta, e caso tenha ocorrido a aprovação, as condições desta. Ele deve também assinar a documentação necessária a concretização da Operação de Crédito (Contrato de Empréstimo e Autorização de Débito em Folha).

Na noite da data em que for assinado o Contrato, o Empréstimo é creditado na conta corrente do associado, que disporá do dinheiro para a realização de seus objetivos.

Juntamente com a liberação do Empréstimo é feito o cadastramento deste no sistema de Processamento da cooperativa, para que se tenha controle da realização do crédito, e para que se possa acompanhar de maneira eficaz o desenrolar da quitação do Empréstimo.

Isto feito, necessita-se ainda do encaminhamento da Autorização de Débito em Folha ao Departamento de Recursos Humanos da Escola Técnica Federal do Estado de Santa Catarina e Unidade de Ensino Descentralizada de São José, e da confirmação do mesmo em relação ao cumprimento das resoluções desta Autorização.

Mensalmente será descontada da folha de pagamento do funcionário a parcela referente ao Empréstimo, por parte do Departamento de RH, e repassada a quantia resultante à cooperativa que se encarregará de abater o valor repassado do saldo da dívida do associado. Segue-se este passo do processo até que o associado venha a quitar sua dívida para com a CREDTEC.

Quitada a dívida, finaliza-se o processo de Concessão de Empréstimo ao associado estando o mesmo novamente apto à realização de Solicitação de mais um Empréstimo.

5.2.2.2 Distribuição de Tarefas

A parte do trabalho que se segue demonstra um QDT da CREDTEC, porém limitado ao processo de Concessão de Empréstimos. Em relação à execução desta parte, salienta-se que as pesquisas de tempo de realização de cada tarefa foram, de certo modo, superficiais, uma vez que o ideal seria cronometrar o tempo tomado por todas as atividades de cada funcionário no período mínimo de um mês, sendo esta medição realizada diariamente, podendo este tempo ser prolongado em certos casos de tarefas que devem ser realizadas com um intervalo de tempo maior.

*Luis César G. de Araújo*⁴ em seu livro “Organização & Métodos” sugere que tal processo pode ser evitado entregando-se questionários a cada funcionário para que estes os respondam e através destas respostas, que logicamente são menos precisas que a tomada

⁴ ARAÚJO, Luis César G. de. *Organização & Métodos*. São Paulo: Atlas, 1992. 3ª Edição

real dos tempos, se possa realizar a montagem e a análise do QDT da empresa, de um setor ou processo da mesma e assim por diante.

Aqui, foi observado a empresa, e mais especificamente este processo, por mais de seis meses, capacitando a esboçar ou delinear o QDT do processo de Concessão de Empréstimos ainda que primariamente.

Houve, também, a consulta dos funcionários da cooperativa quanto ao tempo médio de desempenho de suas tarefas pois em muitos casos não se pôde apurar este somente por meio de observação nestes três meses.

5.2.2.3 Quadro de Distribuição de Tarefas

QDT DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

| CARGOS ATIVIDADES / SERVIÇOS | GERENTE | | ESTAGIÁRIO | | PRESIDENTE | | COMISSÃO DE CRÉDITO | | TESOUREIRO | | ESCRITURARIA | | TOTAL |
|--|--|-------|--|------|--|------|---------------------|-----|------------|--|--------------|--|-------|
| | TAREFA | H/M | TAREFA | H/M | TAREFA | H/M | TAREFA | H/M | TAREFA | H/M | TAREFA | H/M | |
| RECEPCÃO DO REQUERENTE | Recebe os requerentes e soluciona suas dúvidas em relação às condições de obtenção do empréstimo | 9,00 | Recebe os requerentes e soluciona suas dúvidas em relação às condições de obtenção do empréstimo | 1,00 | Recebe os requerentes e soluciona suas dúvidas em relação às condições de obtenção do empréstimo | 2,00 | | | | Recebe os requerentes e soluciona suas dúvidas em relação às condições de obtenção do empréstimo | 1,50 | | |
| | Verificação da possibilidade de tomada de empréstimos | 1,00 | Verificação da possibilidade de tomada de empréstimos | 0,20 | Verificação da possibilidade de tomada de empréstimos | 0,20 | | | | Verificação da possibilidade de tomada de empréstimos | 0,10 | | |
| | | 10,00 | | 1,20 | | 2,20 | | | 0,00 | Análise dos documentos que o associado tem na CREDTEC e pedido dos que faltam | 1,60 | | 0,00 |
| ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO ASSOCIADO NA COOPERATIVA | Análise dos documentos que o associado tem na CREDTEC e pedido dos que faltam | 0,45 | Análise dos documentos que o associado tem na CREDTEC e pedido dos que faltam | 1,30 | Análise dos documentos que o associado tem na CREDTEC e pedido dos que faltam | 0,15 | | | | | 0,15 | | 2,05 |
| PESQUISA DE DADOS DO ASSOCIADO | Busca de dados referentes à Concessão do Empréstimo | 1,00 | Busca de dados referentes à Concessão do Empréstimo | 3,00 | Busca de dados referentes à Concessão do Empréstimo | 0,10 | | | | Busca de dados referentes à Concessão do Empréstimo | 0,15 | | 4,25 |
| DETERMINAÇÃO DA QUANTIA A SER LIBERADA | | 1,00 | | 3,00 | Determinação da quantia a ser emprestada | 0,10 | | | 0,00 | | 0,15 | | 0,00 |
| DETERMINAÇÃO DAS PRIORIDADES | Apoio nas decisões | 0,00 | | 0,00 | Fixação de prioridades | 1,00 | | | 3,00 | | 0,00 | | 4,00 |
| CÁLCULOS / ALTERAÇÕES / APROVAÇÃO DA PROPOSTA | Apoio nas decisões | 0,15 | | 0,00 | Fixação de prioridades | 0,30 | | | 0,45 | | 0,00 | | 0,90 |
| | | 0,30 | | 3,00 | Realização de cálculos e alterações | 1,30 | | | 2,00 | | | | |
| LIBERAÇÃO DO EMPRÉSTIMO | Efetuação das liberações | 0,30 | Verificação das assinaturas e contratos | 3,00 | Liberação | 0,30 | | | 2,00 | | 0,00 | | 6,60 |
| | | 0,20 | | 0,45 | | | | | 0,20 | | 1,00 | | |
| | | 0,20 | | 0,45 | | | | | 0,20 | | 1,00 | | 2,15 |
| CADASTRAMENTO DO EMPRÉSTIMO NO SISTEMA DE PROCESSAMENTO | | | | | | | | | | Realização do cadastro no sistema de processamento de dados da Cooperativa | 1,30 | Cadastramento do empréstimo no Sistema Contábil da Cooperativa | 2,30 |
| ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DEPARTAMENTAL DE RECURSOS HUMANOS | Compilação e análise da documentação | 0,00 | Compilação e análise da documentação | 0,00 | | 0,00 | | | 0,00 | Compilação da documentação | 1,30 | | |
| | Contato com o departamento de RH da ETFSC | 1,00 | | 1,30 | | | | | | | 0,30 | | |
| | | 0,30 | | | | | | | | | 0,30 | | |
| CONFERÊNCIA DO RECEBIMENTO DAS PARCELAS DOS EMPRÉSTIMOS | Conferência | 1,30 | | 1,30 | | 0,00 | | | 0,00 | Conferência e registro | 0,45 | | 2,90 |
| | | 0,30 | | | | | | | | | 0,45 | | |
| | | 0,30 | | 0,00 | | 0,00 | | | 0,00 | | 0,45 | | 1,20 |
| | | 0,30 | | 0,00 | | 0,00 | | | 0,00 | | 0,45 | | 41,35 |

5.2.2.3.1 Abordagem do QDT

Somente a título de informação, não será abordada aqui uma abordagem do QDT do processo de Concessão de Empréstimos pois, desta forma, estaria se repetindo a própria explanação do Fluxograma deste processo. A diferença ficaria por conta da atribuição das atividades aos funcionários indicados no quadro acima exposto.

Assim sendo, resolveu-se partir diretamente para a análise da estrutura da distribuição de tarefas do processo de Concessão de Empréstimos no que toca os princípios básicos da mesma como por exemplo: comparação entre tempos de tarefas realizadas pelos diversos componentes do processo, ou então distribuição de tarefas, atribuições e responsabilidades entre estes membros, e assim por diante.

5.2.3 Considerações Finais sobre a análise

5.2.3.1 Quanto ao processo

Conforme já dito anteriormente, este é um processo regulamentado, duplamente regulamentado até. Sendo assim, são poucas as modificações que se podem fazer neste, inclusive no sentido de agilizá-lo.

É visível que o número de gargalos presentes no processo o tornam mais lento e trabalhoso do que este poderia vir a ser, porém é sabido que no ramo financeiro as regulamentações se fazem necessárias uma vez que existem interesses, de terceiros, envolvidos (no caso dos associados, e dos próprios bancos que sofrem concorrência das cooperativas).

Sobre os gargalos do processo pode-se afirmar que estes aumentam sensivelmente a segurança da cooperativa e, conseqüentemente, de seus associados uma vez que impedem, por exemplo, que um associado inadimplente se aproprie indebitamente do dinheiro que em última análise pertence a todos os associados.

Um dos pontos negativos seria a lentidão no processo de liberação do crédito, uma vez que deste participa um número grande de pessoas e que o próprio processo se subdivide em muitas etapas.

Outro ponto seriam os prazos estipulados para a entrega das Solicitações de Empréstimo que limitam a necessidade de requerê-los somente ao final do mês e de recebê-los somente entre o quinto e o décimo dia de cada mês, o que não corresponde à verdade. Muitas vezes os associados têm necessidade desse Empréstimo no meio ou no final de um determinado mês.

O que acontece tão raramente, que se optou por eliminar do *FLUXOGRAMA*, e que poderia ser tratado como uma anomalia do processo de Concessão de Empréstimos é a Concessão destes tendo sido entregue a Proposta fora do prazo pré-determinado. Porém, uma característica marcante da CREDTEC é o tratamento extremamente personalizado dado ao associado (o que é muito positivo) e isto por si só justificaria a exceção, já que em casos extremos poder-se-ia realizá-la. Pode-se afirmar que este ato abriria um precedente não havendo mais controle dos prazos de entrega das Propostas de Empréstimo. Volto a afirmar que, neste caso, antes da classificação de Empresa Privada vem a classificação de cooperativa *DE CRÉDITO* o que equivale a dizer que as exceções são determinadas por todos, ainda que indiretamente, pelo Conselho Administrativo e pela Comissão de Crédito.

Já um ponto muito interessante é a forma de cobrança utilizada pela cooperativa. O desconto do valor da parcela referente ao mês, diretamente em folha de pagamento, propicia à cooperativa segurança e, até mesmo, pontualidade no recebimento deste.

5.2.3.2 Quanto ao QDT

Como já foi afirmado anteriormente, este processo se caracteriza por uma normatização acentuada. Portanto, precisa-se controlá-lo ao máximo. Este controle é exercido pela gerência e como se pode reparar também, pela Comissão de Crédito. Como a normatização é exigida por lei e para que se mantenha a própria integridade financeira da instituição, fica extremamente difícil estipular alterações quanto à realização do processo em suas linhas gerais e pontos mais profundos.

O QDT acima exposto teve suas medidas de tempo dadas em horas por mês, pois os empréstimos são concedidos somente uma vez por mês.

No que se relaciona com a compatibilidade de horas mensais dedicadas às tarefas, podemos ver que nem sempre as tarefas mais trabalhosas são as que tomam mais tempo dos funcionários. Não se trata, todavia, de uma anomalia do QDT mas sim de uma causa da segurança que se necessita no início do processo quando só se pode admitir como

habilitado à tomada do empréstimo aquele que preencher os quesitos básicos estipulados em normas devidamente determinadas e de cumprimento obrigatório.

As tarefas / serviços expostos no QDT demonstram que não há necessidade de reestruturação, no caso, de junção ou divisão de uma ou mais tarefas/serviços. Isto deve-se tanto à normatização do processo quanto à extrema racionalidade do mesmo.

Quanto às atribuições de cada componente no processo podemos afirmar que:

- a princípio a divisão de tempos para a realização das tarefas parece mal distribuída. Porém deve-se atentar para o fato de que as pessoas envolvidas no processo atuam não somente nesta área, mas sim em outras áreas às vezes até de maior relevância dentro do contexto de atividade exercida pela sua posição.
- como se pode notar existe uma nítida divisão quanto às atividades do processo: as atividades de informação, relacionamento (entenda-se aí: recepção, contato, etc.), controle e coordenação ficam a cargo da gerência. A autorização, análise de possibilidades e atendimento ficam a cargo da presidência e a cargo da Comissão de Crédito. Já as atividades operacionais ficam por conta do estagiário, que cuida da pesquisa e da preparação das informações que serão mais propriamente analisadas, pela tesoureira e pela escriturária que se ocupam com as tarefas de registro e controle das operações realizadas.
- a maior parte dos integrantes do processo tem ou realiza um curso universitário o que demonstra uma das características marcantes da equipe: a qualificação. Não existem, a princípio, conflitos quanto à ocupação de cargos que se julguem inferiores à qualificação do funcionário que a realiza.
- logicamente os salários variam de acordo com o item levantado anteriormente: áreas de atividades operacionais recebem salários inferiores às áreas de atividades de controle, coordenação e comando.
- baixa capacitação profissional não pode ser aceita uma vez que se trabalha num mercado restrito e muito competitivo. Não se pode permitir a chance

de erros mais básicos que podem ser ocasionados por falta de instrução ou erro de assimilação das instruções recebidas.

- um ponto que pode vir a chamar a atenção numa análise de um maior número de QDT's do processo, é certamente a pequena variação no tempo de realização das atividades constantes deste uma vez que, enquanto não se alterarem as regras de atuação do setor, o leque de variações e percalços que podem vir a ocorrer são extremamente reduzidos e conforme o controle e o planejamento existentes podem ser previamente observados, analisados e, se necessário, reparados.
- muitas das afirmações supra citadas não são notadas simplesmente olhando-se para o QDT (como por exemplo: capacitação profissional, ...). Porém estes dados podem e devem ser obtidos através de questionamentos feitos aos trabalhadores, proprietários, associados, enfim, todos os componentes da instituição.
- com o QDT pronto podemos realizar uma série de análises sobre seus números como por exemplo: distribuição dos trabalhos entre o grupo, excesso de trabalho sobre células do sistema, serviços ou tarefas desnecessárias e assim por diante.
- uma observação importante é que só podemos saber se um serviço ou tarefa tem seu tempo bem aproveitado se compararmos o QDT com quadros de produção.
- finalmente, é importante salientar que um QDT não é feito uma vez para responder a algumas perguntas, e sim, deve ser feito constantemente, medindo variações que indiquem início de problemas, bem como para servir de base para um QDT "perfeito", onde atividades, tarefas, cargos e tempos sejam ideais para o progresso da organização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem por objetivo, mostrar as considerações finais através da conclusão e recomendações.

6.1 Conclusão

Vivemos um momento de transformação, transformação esta baseada numa série de paradigmas que vêm se desenvolvendo, ou que se desenvolveram, em um curtíssimo espaço de tempo, e que apresentam uma relação extremamente próxima com as novas aplicabilidades da tecnologia moderna. Estas novas bases são o pano de fundo para a mescla de novos e velhos conceitos gerenciais, tendo como principal motivo a pressão da necessidade de obtenção de um maior desempenho por nossas organizações.

Estes novos paradigmas assinalam uma organização mais processual do que funcional, mais baseada na criatividade do que na burocratização, mais orientada às dimensões do ser humano do que à sua redução ao conceito de “homem econômico”, mais orientada ao *empowerment* do que à alienação e à obediência cega e mais orientada à busca do trabalho em equipe, como fator motivacional complementar aos tradicionais incentivos concedidos a seus colaboradores.

Ouve-se muito falar em qualidade e, muitas vezes, não temos consciência da abrangência desta palavra. Comumente, relaciona-se qualidade a produtos e serviços e se esquece que esta deve estar, também, ligada à expressão individual, ao orgulho pessoal de fazer bem tudo o que merece ser feito. Ela deve envolver a auto-realização, a auto-estima.

Pode ocorrer a seguinte dúvida: como estes pontos sobre a qualidade relacionam-se com o cooperativismo de crédito? A resposta é bastante simples. O cooperativismo possui as características mais indicadas às organizações de sucesso do próximo milênio – flexibilidade e comprometimento –, como o trabalho procurou reforçar em sua primeira e

segunda partes. Estas características são fundamentais como fatores de motivação dos grupos, ou das equipes de associados, que participam efetivamente da gestão de suas cooperativas. São fundamentais, portanto, no alcance de maiores níveis de qualidade e de competitividade que este tipo de organização pode alcançar, se bem gerenciado.

Outro ponto que deve ser ressaltado é a facilidade de constituição de uma cooperativa. No caso das cooperativas de crédito, por uma série de exigências do Banco Central, esta constituição recebe uma fiscalização mais rigorosa. Ainda assim, constituir e associar-se a uma cooperativa é bastante acessível.

Um pequeno grupo de pessoas tem, através da constituição de uma pequena cooperativa de crédito, asseguradas as condições mínimas para o alcance de capitais a custos inferiores ao que poderia obter pelas tradicionais fontes bancárias.

Além disto, a constituição de uma cooperativa de crédito com capacidade para atender cerca de 200 a 300 associados demanda um volume de recursos extremamente tolerável se considerarmos o rateio da integralização do capital social por 20, 30 ou mais pessoas, conforme quer demonstrar a sétima parte deste trabalho. Isto representa um enorme incentivo à constituição e desenvolvimento de um grande número de cooperativas de crédito no país.

Segundo o jornal Gazeta Mercantil (16/09/99) participação do volume de recursos alocados nas cooperativas de crédito cresceu de, aproximadamente, 1% do total de recursos distribuídos entre as diversas instituições bancárias do país, em 1998, para mais de 1,5%, em 1999. Este aumento é bastante representativo e pode ser tomado como um forte indicador do crescimento e solidificação do setor de crédito cooperativo brasileiro.

6.2 Recomendações

Devemos lembrar sempre, porém, que apesar da facilidade de montagem de uma cooperativa, sua gestão deve ser profissional e responsável. Como qualquer instituição, as cooperativas de crédito lidam com recursos e, muitas vezes, com volumes vultosos de recursos. Além disto, os recursos disponibilizados à cooperativa pertencem aos seus associados. Devem ser, portanto, gerenciados e alocados tomando-se, por base, cuidados que garantam a manutenção e/ou aumento do patrimônio investido inicialmente em cada cooperativa.

Nota-se, claramente, que as cooperativas devem adotar um modelo de gestão voltado para resultados. Estas instituições não visam lucros, em momento algum. Devem, porém, operar com margens de rentabilidade que garantam seu desenvolvimento e sua capacidade de reinvestimentos produtivos na própria instituição, garantindo os serviços desejados por seus associados.

Por estarem voltadas para resultados positivos e não para lucros, como a maioria das empresas, as cooperativas devem, sempre, respeitar seus princípios mais básicos. Isto é a garantia de seus associados, e até mesmo da sociedade como um todo, de que sua existência e atuação busca o desenvolvimento da coletividade, sem protecionismos ou paternalismos. As cooperativas são, assim, instituições financeiras baseadas na fraternidade e na convicção de que o trabalho conjunto rende, sempre, melhores frutos que o trabalho isolado.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AISSA, Susi. Adivinha quem vai pagar a conta? *IstoÉ Dinheiro*, [s.l.], n. 016, p. 74, 17 dez. 1997.

_____. Entre o real e o imaginário. *IstoÉ Dinheiro*, [s.l.], n. 012, p. 68-70, 19 nov. 1997.

AMORIM, Paulo Henrique. *De olho no dinheiro: guia prático para ganhar (e gastar) mais*. 5ª Ed. [s.l.]. Globo, 1988.

ANSOFF, H. Igor. *A nova estratégia empresarial*. São Paulo: Atlas, 1991.

BANCOOB. *Informativo BANCOOB*. Brasília: Bancoob, N.º 10. fev. 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração de empresas: uma abordagem contingencial*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

DRUCKER, Peter. *Administando em tempos de grandes mudanças*. São Paulo: Pioneira, 1997.

FERREIRA, Roger. Cheque Virtual. *Veja*, [s.l.], n. 47, p. 123, 26 nov. 1997.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

FRIEDLANDER, David. Proteção ampla. *Veja*, [s.l.], n. 45, p. 118, 12 nov. 1997.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de Administração Financeira*. 7ª Ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GOLDBERG, Simone. Proteja-se. *IstoÉ Dinheiro*, [s.l.], n. 006, p. 66-67, 08 out. 1997.

HOLYOAKE, Georges Jacob. *Os 28 tecelões de Rochdale*. Trad. Cooperativa dos Vegetarianos da Guanabara. Guanabara: Fon Fon Seleta, 1972.

KOTLER, Philip e ARMSTRONG, Gary. *Princípios de marketing*. Rio de Janeiro: Prentice/Hall do Brasil, 1993.

NETO, Assaf, MARTINS, Eliseu. *Manual de controle operacional das sociedades de crédito, financiamento e investimento*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. *Cooperativismo: guia prático*. 2ª Ed. Porto Alegre: Graf. Metrópole, 1984.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras. *Associativismo*. Brasília: OCB, 1996.

_____. *Cooperativismo*. Brasília: OCB, 1996.

_____. *O cooperativismo brasileiro*. Brasília: OCB, 1990.

_____. *O cooperativismo internacional*. Brasília: OCB, 1990.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. *O cooperativismo catarinense*. 2ª Ed. Brasília: OCB, 1991.

_____. *O cooperativismo ao alcance de todos*. 2ª Ed. Florianópolis: OCESC, jan. 1996.

PALMYOS, Paixão Carneiro. *Co-operativismo: o princípio co-operativo e a força existencial – social do trabalho*. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981.

PINHO, Diva Benevides. *Doutrina cooperativa*. São Paulo: DAC/SAESP/INESP, 1976.

PORTER, Michael. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SICOOB/SC – Central. *Manual para constituição de cooperativas de crédito*. Florianópolis: SICOOB/SC, 1998.

SOARES, Christiane. FERRARI, Rebecca. A grande conquista do cooperativismo de crédito brasileiro. *Gestão Cooperativa*, n. 02, p. 14-18, set. 1997.

STONER, James A. F. *Administração*. São Paulo: Prentice/Hall do Brasil, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1977.

www.banco.com.br. *IstoÉ Dinheiro*, [s.l.], n. 003, p. 66-67, 17 set. 1997.

www.bancoob.com.br

8 ANEXOS

ANEXO I

Estatuto Social - CREDETEC

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
TRABALHADORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS
SICCOOB/SC - CREDTEC

TÍTULO I

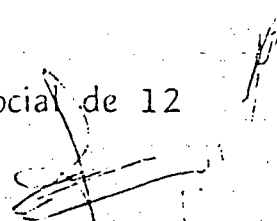
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO
DE DURAÇÃO E EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 1º: A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis "SICCOOB/SC - CREDTEC", constituída em Assembléia Geral de 24/07/93, rege-se pelo disposto nas leis no. 4595/64 e 5764/71, nos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e por este Estatuto, tendo:

I - Sede e foro jurídico na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

II - Área de ação restrita aos municípios integrantes da Região Metropolitana de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

III - Prazo de duração indeterminado e Exercício Social de 12



(doze) meses, com início em 1º (primeiro) de Janeiro e término em 31 (trinta e um) de Dezembro de cada ano.

* TÍTULO II

DO OBJETIVO SOCIAL

Artigo 2º: A cooperativa terá por objetivo a Educação Cooperativista, Financeira e Prestação de Serviços aos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito dentro das normas que regem as operações ativas, passivas, acessórias e especiais. Procurará ainda, e por todos os meios, fomentar a expansão do cooperativismo de economia e crédito mútuo.

§ 1º: As operações ativas serão realizadas somente com associados.

§ 2º: Em todos os aspectos de suas atividades, serão rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.

TÍTULO III



DOS ASSOCIADOS

Artigo 3º: O número de associados será ilimitado, não podendo ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.


Artigo 4º: Poderão associar-se à Cooperativa todos aqueles trabalhadores da Escola Técnica Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal de Santa Catarina que, estando na plenitude da sua capacidade civil, concordam com o presente Estatuto e as condições nele estabelecidas.

Artigo 5º: Para admissão do associado, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pela Cooperativa.

§ 1º: Verificadas as declarações constantes da proposta de admissão e aceita pelo Conselho de Administração, o candidato subscreverá e integralizará "quotas-parte" de acordo com as alíneas "a" e "b" do § 1º, do Artigo 16 deste Estatuto, sendo inscrito no livro ou ficha de matrícula.

§ 2º: Cumprido o que dispõe o parágrafo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume as obrigações decorrentes deste Estatuto.

Artigo 6º: Não poderão ingressar na Cooperativa e nem dela fazer parte as pessoas que exerçam qualquer atividade que contrarie ou colida com seus objetivos sociais, ou participem de administração ou do capital, com mais de 10% (dez por cento), de qualquer outra instituição financeira.



Artigo 7º: O associado tem direito a:

I - Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados com as restrições do § 2º do Artigo 26 e Artigo 33;

II - Propor ao Conselho de Administração e às Assembléias Gerais, as medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;

III - Efetuar com a Cooperativa as operações que forem programadas, de acordo com este Estatuto e as normas estabelecidas;

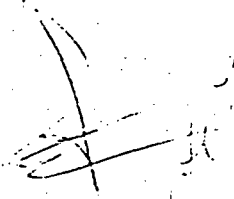
IV - Inspeccionar na sede social, em qualquer tempo, o livro ou ficha de matrícula e durante os trinta dias que antecedem a realização da Assembléia Geral Ordinária, até 03 (três) dias antes dessa data; os Balanços e Demonstrativos da Conta de Sobras e Perdas dos semestres respectivos;

V - Votar e ser votado para os cargos eletivos, respeitado o disposto nas alíneas "a" e "b" do § 2º do Artigo 26;

VI - Pedir a qualquer tempo sua demissão.

Artigo 8º: O associado obriga-se a:

I - Subscriver e integralizar as quotas-parte de capital de acordo com o que determina este Estatuto;



II - Satisfazer pontualmente os compromissos que contrair com a Cooperativa;

III - Cumprir fielmente as disposições deste Estatuto, respeitando as deliberações regularmente tomadas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração;

IV - Zelar pelos interesses morais e materiais da Cooperativa;

V - Ter sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não deve sobrepor o seu interesse individual;

VI - Cobrir sua parte nas perdas apuradas em balanço na proporção de suas operações ativas e passivas com a Cooperativa;

VII - Pagar a taxa de contribuição para funcionamento estabelecida pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembléia Geral.

Artigo 9º: O associado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-parte do capital que subscreveu, responsabilidade que só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa, perdurando essa responsabilidade, também, para demitidos, eliminados, ou excluídos, até quando forem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária as contas do exercício em que se deu a retirada.

Artigo 10: As obrigações do associado falecido, contraídas com a Cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como

associado, em face de terceiros, passam aos herdeiros, até o limite de forças da herança e das quotas-parte subscritas, prescrevendo porém após um ano do dia da abertura da sucessão.

Artigo 11: A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido por escrito.

Artigo 12: Além dos motivos de direito, o Conselho de Administração será obrigado a eliminar o associado que:

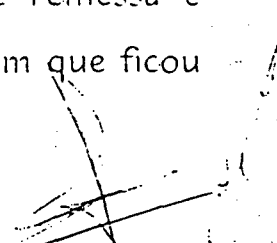
I - Venha exercer, qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, ou participar da Administração ou do capital, com mais de 10% (dez por cento) de qualquer outra instituição financeira;

II - Praticar atos que o desabone no conceito da Cooperativa;

III - Faltar reiteradamente, ao cumprimento das obrigações assumidas com a Cooperativa ou causar a esta prejuízo.

Artigo 13: A eliminação em virtude de infração legal ou estatutária, será decidida em reunião do Conselho de Administração e o que a ocasionou, deverá constar de termo lavrado do livro ou ficha de matrícula e assinado pelo Presidente.

§ 1º: Cópia autêntica do termo de eliminação será remetida ao associado por processo que comprove as datas de remessa e recebimento, dentro de 30 (trinta) dias da reunião em que ficou deliberada a eliminação.



§ 2º: O associado eliminado poderá interpor recurso suspensivo para a primeira Assembléia Geral.

Artigo 14: A exclusão do associado dar-se-á por dissolução da Cooperativa, incapacidade civil não suprida, por morte do próprio associado ou por perda do vínculo comum que lhe facultou ingressar na Cooperativa.

Artigo 15: A devolução do capital ao associado demitido, eliminado ou excluído somente será feita após a aprovação, pela Assembléia Geral, do Balanço do Exercício em que se deu o desligamento, podendo ser parcelada em até 12 (doze) prestações mensais e sucessivas.

Parágrafo único: No caso de associado excluído por perda do vínculo que lhe facultou associar-se, poderá a devolução do capital e o pagamento dos juros abonados serem feitos no ato, desde que não haja previsão de perdas no semestre, a juízo do Conselho de Administração.

TÍTULO IV

DO CAPITAL

Artigo 16: O capital social é ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de quotas-parte subscritos, não podendo, porém, ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) por associado e

R\$ 1.000,00 (hum mil reais) no total.

§ 1º: O capital social é dividido em quotas-parte de R\$ 1,00 (hum real) cada uma.

§ 2º: A integralização do capital inicial será feita do seguinte modo:

a) Para os sócios fundadores, 50% (cinquenta por cento) no ato da subscrição e, o restante em até 30 (trinta) dias após o registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

b) Para os demais, 50% (cinquenta por cento) no ato da subscrição e, o restante em até 30 (trinta) dias após.


Artigo 17: O associado se obriga a subscrever:

I - Na admissão, número de quotas-parte, em moeda corrente, no valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

II - Para aumento contínuo de seu capital, subscreverá e integralizará todos os meses, a partir do início das atividades operacionais, o valor de 2% (dois por cento) do salário.

Artigo 18: Nenhum associado poderá subscrever menos do que o mínimo de 50 (cinquenta) quotas-parte previstas neste Estatuto nem mais de um terço do total delas.

Artigo 19: Toda movimentação das quotas-parte será lançada nas contas correntes do livro ou ficha de matrícula, ou por processamento



eletrônico de dados.

Artigo 20: A quota-parte é indivisível e intransferível, não podendo ser negociada nem dada em garantia. Sua subscrição e restituição será sempre escriturada conforme o Artigo 19.

Artigo 21: O regimento interno da Cooperativa, fixará a proporcionalidade que deverá existir entre o valor do capital integralizado e os saldos médios dos depósitos em relação aos empréstimos levantados pelos associados.

Artigo 22: A restituição do capital será sempre efetuada conforme o Artigo 15 e seu parágrafo único, deste Estatuto.

Artigo 23: Os herdeiros dos sócios falecidos terão direito aos valores das quotas-parte de capital e demais créditos existentes em seu nome, apurados estes por ocasião do encerramento do exercício social em que ocorreu o falecimento, ficando sub-rogados nos direitos de receber o que de direito tinha o sócio falecido.

TÍTULO V

DAS OPERAÇÕES

Artigo 24: A cooperativa receberá dinheiro em depósito de seus associados, dos funcionários da própria cooperativa, e do público em geral, e somente concederá empréstimos e prestações de serviços de

operações ativas aos associados.

§ 1º: Todas as operações Ativas, Passivas, Acessórias e Especiais da Cooperativa, serão movimentadas e regidas de acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil.

§ 2º: A concessão de empréstimos estará sujeita à fixação prévia de valores e prazos máximos, de modo a atender ao maior número de solicitações, e de acordo com as normas do Banco Central do Brasil.

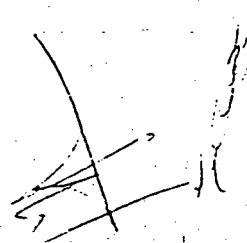
§ 3º: Os montantes de recursos e os prazos máximos serão gradativamente ampliados, de acordo com a soma de recursos disponíveis.

§ 4º: A prioridade na concessão dos empréstimos terá por base o grau de urgência que dele tenha o associado, com preferência para os de menor valor, analisada pela comissão de crédito.

§ 5º: O associado não atendido no mês, concorrerá no mês seguinte, em igualdade de condições com os demais solicitantes.

§ 6º: Os pedidos de empréstimos serão previamente estudados pela comissão de crédito, tendo em vista:

- a) caráter do solicitante;
- b) sua capacidade de pagamento;
- c) garantias oferecidas;
- d) finalidade do empréstimo.



§ 7º: A comissão de Crédito supra mencionada será composta por membros do Conselho de Administração, nomeados pelo seu Presidente, obedecendo o regimento interno da Cooperativa.

TÍTULO VI

DAS ASSEMBLÉIAS

Artigo 25: A Assembléia Geral dos associados é órgão supremo da Cooperativa e, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Artigo 26: A Assembléia Geral será normalmente convocada e dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 1º: Poderá também ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, após solicitação não atendida pelo Conselho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, comprovadamente.

§ 2º: Não poderá votar e ser votado em Assembléia Geral o associado que:

- a) Tenha sido admitido num prazo inferior a 90 (noventa) dias a sua realização;
- b) Esteja na infringência de qualquer disposição deste Estatuto desde que previamente advertidos por escrito.

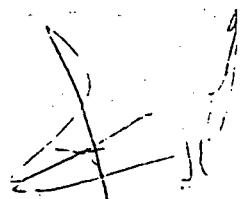
Artigo 27: Em qualquer das hipóteses referidas no Artigo anterior, as Assembléias Gerais Extraordinárias e Ordinárias, serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para que possam instalar-se em primeira convocação.

Parágrafo único: As Assembléias Gerais poderão realizar-se em Segunda e terceiras convocações, no mesmo dia da primeira, com intervalo de uma hora, desde que assim conste no Edital de Convocação.

Artigo 28: O “quorum” para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- I - 2/3 (dois terços) do número de associados em condição de votar, em primeira convocação;
- II - Metade mais um do número de associados, em condição de votar, em segunda convocação;
- III - Com no mínimo 10 (dez) associados em condição de votar, em terceira convocação.

Parágrafo único: Para efeito de verificação de “quorum” de que trata este artigo, o número de associados em cada convocação apurar-se-á pelas assinaturas no Livro de Presenças.



Artigo 29: Dos Editais de Assembleias Gerais, deverá constar:

I - A denominação da Cooperativa, seguida da expressão "CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL" ordinária ou extraordinária, conforme o caso;

II - O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local de sua realização;

III - A sequência ordinal das convocações;

IV - A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;

V - O número de associados existentes na data de sua expedição para efeito de cálculo de "quorum" de instalação;

VI - Local, data e assinatura do responsável pela convocação.

Parágrafo único: Os Editais de Convocação serão afixados em locais visíveis nas dependências mais comumente frequentadas pelos associados, remetidos a estes, por meio de circulares e publicados em jornais de circulação local.

Artigo 30: Cada associado terá direito a um voto na Assembleia Geral, respeitado o disposto na alíneas "a" e "b" do § 2º do Artigo 26, não sendo permitida a representação por meio de mandatário.

Artigo 31: É da competência das Assembleias Gerais Ordinárias ou

Extraordinárias, a destituição dos membros do Conselho de Administração inclusive do Presidente e membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo único: Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembléia Geral designar administradores e conselheiros até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo de 30 (trinta) dias da data da destituição.

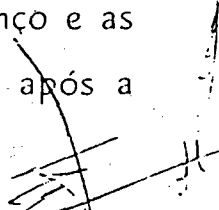
Artigo 32: Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo Diretor Administrativo, que coordenará a lavratura da ata.

§ 1º: Na ausência do Presidente, assumirá a presidência dos trabalhos o Diretor Administrativo.

§ 2º: Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um associado escolhido na ocasião e secretariado por outro, convidado deste, compondo a mesa os interessados na sua convocação.

Artigo 33: Os ocupantes de cargos de administração, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a ele referir direta ou indiretamente, entre os quais o de prestação de contas e de fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Artigo 34: Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos o balanço e as contas do exercício, o Presidente da Cooperativa, logo após a



leitura do relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis emitidas pelas autoridades internas e externas e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um associado para presidir a reunião durante os debates e votação da matéria.

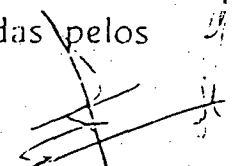
§ 1º: Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e os demais ocupantes de cargos sociais, deixarão a mesa, permanecendo no recinto à disposição da Assembléia, para os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

§ 2º: O Presidente indicado escolherá entre os demais associados presentes, um Secretário "ad hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na Ata pelo Secretário da Assembléia.

Artigo 35: As deliberações da Assembléia Geral somente poderão versar sobre os assuntos do Edital de Convocação.

§ 1º: Em regra, a votação será a descoberto, mas a Assembléia poderá optar pelo voto secreto, atendendo-se, então, às normas usuais. As decisões sobre eliminação, destituição, recursos e eleição para os cargos sociais, entretanto, somente serão tomadas em votação secreta.

§ 2º: O que ocorrer na Assembléia Geral, deverá constar de ata circunstanciada, aprovada e assinada pelos Presidente e Secretário da Assembléia e por uma comissão de 08 (oito) associados indicados pelo plenário e, ainda por quanto mais o quiserem fazer, que deverá ser afixada em murais, em locais visíveis, nas dependências mais comumente frequentadas pelos



associados.

§ 3º: As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes com direito a votar, tendo cada associado direito a 01 (um) voto.

Artigo 36: A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar.

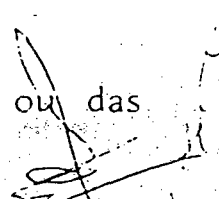
Artigo 37: Prescreve em 4 (quatro) anos, de acordo com a legislação em vigor, a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo ou fraude, contado o prazo da data em que a Assembleia foi realizada.

SEÇÃO I

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Artigo 38: A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia:

I - Prestação de contas dos órgãos de Administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) Relatório de gestão;
 - b) Balanço dos 2 (dois) semestres do exercício;
 - c) Demonstrativo sobre as sobras apuradas ou das
- 

perdas decorrentes da insuficiência das contribuições, para a cobertura das despesas da sociedade;

d) Parecer do Conselho Fiscal.

II - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos estatutários;

III - Eleição dos componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal;

IV - Fixação e valor dos honorários, gratificações e cédulas de presença dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

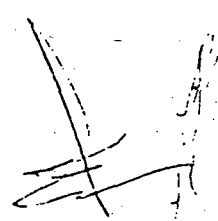
V - Quaisquer assuntos de interesse social devidamente mencionados no Edital de Convocação, excluídos os enumerados no Artigo 40 deste Estatuto.

§ 1º: A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração desonera seus componentes, de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como de infração de Lei e deste Estatuto.

§ 2º: Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não podem participar da votação das matérias referidas nos incisos I e II deste Artigo.

SEÇÃO II

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



Artigo 39: A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse social, desde que mencionado no Edital de Convocação.

Artigo 40: É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - Reforma do Estatuto;

II - Fusão, incorporação ou desmembramento;

III - Mudança do objetivo da sociedade;

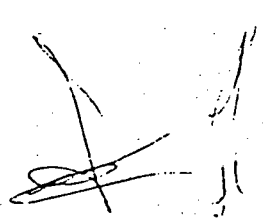
IV - Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V - Contas do liquidante;

VI - Quaisquer outros assuntos de interesse da sociedade.

Parágrafo único: São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para tornarem válidas as deliberações de que trata os incisos I a V deste Artigo.

Artigo 41: A simples reforma do Estatuto não importa em mudança do objetivo da Cooperativa que, quando motivo de deliberação, deve figurar taxativamente na convocação.



TÍTULO VII

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

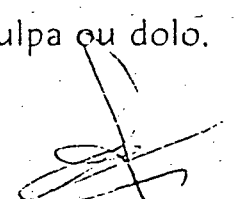
Artigo 42: A cooperativa é administrada pelo Conselho de Administração, composto por 9 (nove) membros exclusivamente associados eleitos em Assembleia Geral, sendo 7 (sete) titulares e 2 (dois) suplentes. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus componentes, o Presidente, o Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro, que comporão a Diretoria Executiva, durante a própria Assembleia Geral, ficando 4 (quatro) conselheiros efetivos e 2 (dois) suplentes.

§ 1º: A remuneração, ou não, do Conselho é estabelecida pela Assembleia Geral.

§ 2º: Não podem compor o Conselho de Administração parentes entre si até segundo grau em linha reta ou colateral.

§ 3º: Os conselheiros serão substituídos nas suas faltas e impedimentos e sucedidos nos casos de vaga, respeitadas as disposições deste estatuto, pelos suplentes.

§ 4º: Os administradores eleitos ou contratados não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa mas responderão, solidariamente, pelos prejuízos decorrentes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.



§ 5º: Os administradores que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da Cooperativa, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela, contraídas, sem prejuízos das sanções penais cabíveis.

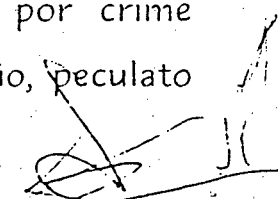
Artigo 43: O mandato do Conselho de Administração será de 03 (três) anos, sendo obrigatório, no término de cada período, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) de seus componentes.

Artigo 44: As chapas para os cargos de Conselho de Administração devem ser completas e registradas na Cooperativa até 05 (cinco) dias antes da eleição e por solicitação de, no mínimo, 05 (cinco) associados, com direito a voto, cumprindo à Administração afixar as chapas em lugar visível, com registro no livro de inscrições de chapa.

§ 1º: As chapas concorrentes à eleição deverão ser acompanhadas de declaração de seus componentes que, se eleitos, assumirão os respectivos mandatos.

§ 2º: Quando não ocorrer indicação de um ou mais candidatos a conselheiros na forma prevista neste Artigo e parágrafos, a chapa do Conselho será completada apenas na Assembléia Geral de Eleição pela própria Assembléia, antes de proceder a votação.

Artigo 45: São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei e os inabilitados pelo Banco Central do Brasil, enquanto não cumprida a penalidade, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato



ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

§ 1º: O associado que, em operação tiver interesse oposto ao da cooperativa não poderá participar das deliberações que sobre tal operação versarem, cumprindo-se acusar o seu impedimento.

§ 2º: Os componentes do Conselho de Administração e Fiscal, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 3º: Sem prejuízo de ação que possa caber a qualquer associado, a cooperativa, pelos seus administradores ou representada por associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra administradores para promover a sua responsabilidade.

§ 4º: Perderá o cargo o conselheiro, ou membro do Conselho de Administração que vier a se tornar inelegível, nos termos do caput, deste Artigo, cabendo a declaração de perda ao órgão que for ele integrado.

Artigo 46: O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

I - Reúne-se ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

II - Deliberar, validamente, com a presença da maioria de seus membros, reservado ao Presidente o exercício do voto de desempate;



III - As deliberações do Conselho de Administração devem constar em atas circunstanciadas, lidas e aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

§ 1º: Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo, e este, bem como o Diretor Financeiro serão substituídos por um conselheiro escolhido pelo Conselho de Administração.

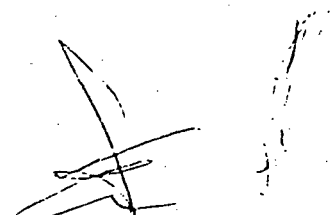
§ 2º: Na ausência ou no impedimento do Presidente e/ou dos outros executivos por prazo superior a 90 (noventa) dias ou se ficarem vagos por qualquer tempo mais da metade dos cargos do Conselho, deverá o Presidente, ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga, convocar Assembléia Geral para o preenchimento dos cargos.

§ 3º: Os substituídos exercerão o cargo somente até o final do mandato dos seus antecessores.

§ 4º: Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho que, sem justificativas, faltar a 3 (três) reuniões Ordinárias consecutivas, ou 6 (seis) alternadas.

Artigo 47: Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, atendidas as decisões da Assembléia Geral:

I - Elaborar os regulamentos e regimentos internos, e submetê-los à Assembléia para aprovação;

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes, located in the bottom right corner of the page.

II - Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, na forma como for estabelecido pela Assembleia Geral;

III - Deliberar sobre a admissão, eliminação e exclusão de associados, podendo, a seu exclusivo critério, aplicar por escrito, advertência prévia;

IV - Contratar os serviços de auditoria independente;

V - Contrair obrigações, transigir, ceder direitos e delegar poderes ao Presidente ou ao seu substituto legal em conjunto com outro executivo eleito, nos termos do regimento interno;

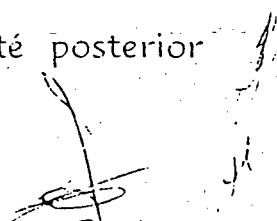
VI - Estabelecer as normas de controle das operações, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o da contabilidade de demonstrativos específicos;

VII - Formular os planos anuais de trabalho e respectivo orçamento;

VIII - Deliberar anualmente sobre o pagamento de juros ao capital, na forma do Artigo 24 (vinte e quatro) parágrafo 3º da Lei 5.764, fixando a taxa;

IX - Nomear e destituir do cargo os membros da comissão de crédito de acordo com regimento interno;

X - Estabelecer regras para os casos omissos, até posterior deliberação da Assembleia Geral;

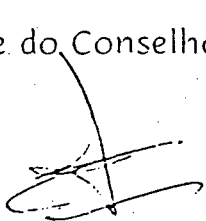


XI - Participar da fundação na qualidade de delegados e do Conselho de Administração de Centrais, Federação ou Confederação de Cooperativas de Crédito Mútuo.

Artigo 48: Aforante as atribuições específicas do Artigo anterior fica o Conselho de Administração investido de poderes para resolver todos os atos de gestão, inclusive transigir e contrair obrigações e empenhar bens e direitos, bem como para realizar a contratação de operações de crédito com o Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A. e demais instituições financeiras oficiais ou privadas destinadas ao financiamento das atividades dos associados.

Parágrafo único: Para efetivação das operações citadas neste Artigo fica o Conselho de Administração investido de poderes para autorizar o Presidente ou seu substituto legal, em conjunto com outro executivo eleito assinar propostas, orçamentos, contratos de abertura de crédito, células rurais, menções adicionais, aditivos de retificação e ratificação de contratos celebrados, elevação dos créditos, reforços, substituição ou remissão de garantias, rural, notas promissórias rurais, letras de câmbio e outros títulos de crédito, dar recibos e quitações, bem como assinar correspondências e outros papéis.

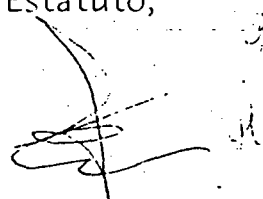
Artigo 49: Os Executivos do Conselho de Administração quais sejam, Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, todos eleitos na forma do Artigo 44, compete dentro da lei e deste estatuto, atendidas as decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Administração:



- I - Administrar a Cooperativa em seus serviços e operações;
- II - Elaborar, para apreciação do Conselho de Administração, os regulamentos e regimentos internos;
- III - Contratar executivos dentro ou fora do quadro social, os quais não poderão ser parentes entre si, ou dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, até segundo graus em linha reta ou colateral;
- IV - Deferir as propostas de crédito dos associados, obedecidas as normas gerais fixadas no regimento interno ou em resolução do Conselho de Administração;
- V - Delegar poderes aos executivos contratados deixando-lhes atribuições, alçadas e responsabilidades, inclusive para assinatura em conjunto de dois, obedecido o regimento interno da Cooperativa.

Artigo 50: Ao Presidente cabe, entre outras coisas, as seguintes atribuições:

- I - Supervisionar a Administração geral e atividades da cooperativa através de permanentes contatos com os demais executivos;
- II - Convocar e presidir as reuniões das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração, ressalvados os casos de convocação de Assembléias previstos no § 1º, do Artigo 26 deste Estatuto;



III - Representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo ou fora dele;

IV - Apresentar à Assembléia Geral Ordinária os documentos aludidos no Artigo 38, inciso I, deste Estatuto;

V - Assinar em conjunto com outro executivo eleito ou contratado, balanços e balancetes, contratos de abertura de crédito, aditivos, menções adicionais, saques, recibos ou ordens, dar quitações, emitir ou endossar cheque, duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio, bem como outros documentos, derivados da atividade normal de gestão;

VI - Aplicar as penalidades que forem deliberadas pelo Conselho de Administração ou Assembléias Gerais;

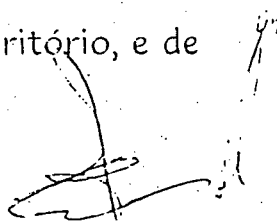
VII - Outras que o Conselho de Administração, através de requerimento interno ou de resolução, haja por bem lhe conferir.

Artigo 51: Ao Diretor Administrativo cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Coordenar a lavratura das atas das Assembléias Gerais e reuniões do Conselho de Administração;

II - Substituir o Presidente em seus impedimentos eventuais;

III - Comandar e coordenar todos os serviços administrativos da cooperativa relacionados com imóveis, material de escritório, e de expediente e com o pessoal;



IV - Responsabilizar-se pelos serviços atinentes ao cadastro, contabilidade e estatísticas;

V - Formular em conjunto com Diretor Financeiro, os orçamentos anuais, para apreciação do Conselho de Administração;

VI - Assinar, em conjunto com o Presidente e com o Diretor Financeiro, todos os documentos relacionados no inciso V do Artigo anterior.


Artigo 52: Ao Diretor Financeiro cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Coordenar todos os setores de crédito ativo e passivo da Cooperativa;

II - Deferir, dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração para sua alçada, as operações de crédito geral da Cooperativa;

III - Responsabilizar-se pelo treinamento dos operadores de crédito, assistentes e assessores técnicos;

IV - Fazer cumprir todas as instruções emanadas das autoridades monetárias, bem como os preceitos legais e normativos atinentes à prática de crédito especializado e sua política;



V - Assinar em conjunto com o Presidente e Diretor Administrativo, todos os documentos relacionados ao inciso V do Artigo 50 deste Estatuto.

Artigo 53: Os executivos eleitos ficam proibidos de intervir no estudo, deferimento, controle ou liquidação de negócio ou empréstimo que eventualmente pretendem ou contratem junto à Cooperativa e daqueles, que direta ou indiretamente, sejam endereçadas a sociedade de que tenham controle ou participação superior a 10% (dez por cento) de capital social, ou ainda de cuja administração participem ou tenham participado em época imediatamente anterior de sua investidura no cargo.

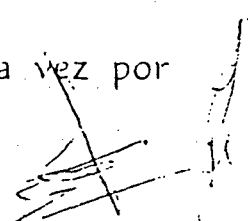
TÍTULO VIII

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 54: O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos associados eleitos em Assembléia Geral.

§ 1º: Os componentes do Conselho Fiscal têm mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) de seus membros efetivos e 1/3 (um terço) suplentes, assim considerados isoladamente.

§ 2º: O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, quando necessário.



Artigo 55: Em sua primeira reunião os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si, um Presidente incumbido de convocar e presidir as reuniões, e um Secretário para lavrar as atas.

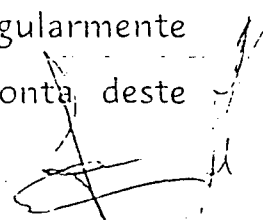
§ 1º: Nos seus impedimentos, o Presidente será substituído pelo Conselheiro mais idoso.

§ 2º: Nos impedimentos ou falta de membros efetivos, o Presidente do Conselho Fiscal convocará suplentes para as funções.

Artigo 56: O Conselho Fiscal exercerá assídua e minuciosa fiscalização sobre as operações e atividades da Cooperativa, investigando fatos, colhendo informações, examinando livros e documentos. Cabe-lhe também fazer inquérito de qualquer natureza.

§ 1º: No desempenho das suas funções, poderá valer-se de informações do Contador da Cooperativa ou da assistência de Técnico externo, ou ainda solicitar a assistência da Federação, quando a importância ou complexidade dos assuntos o exigirem.

§ 2º: A fiscalização será exercida mediante programa tecnicamente preparado e adequado aos fins, incluindo:

- a) Examinar a escrituração dos livros de tesouraria;
 - b) Contar mensalmente o saldo de dinheiro em caixa e denunciar a existência de documentos não escriturados;
 - c) Verificar se os saldos excedentes foram regularmente depositados em bancos e se o extrato da conta deste
- 

confere com a feita pela Cooperativa;

d) Examinar se todos os empréstimos foram concedidos segundo as normas estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como se existem garantias suficientes para a segurança das operações realizadas;

e) Verificar se as normas para a concessão de empréstimos são as que melhor atendem às necessidades do quadro social;

f) Verificar se os empréstimos concedidos pelos conselheiros executivos em caráter de emergência, se enquadram dentro das normas estabelecidas;

g) Verificar se foram tomadas as providências cabíveis para a liquidação de eventuais débitos dos associados em atraso;

h) Verificar se as despesas foram previamente aprovadas pelo Conselho de Administração;

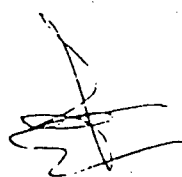
i) Verificar o equilíbrio entre as despesas administrativas e as receitas para a sua cobertura;

j) Examinar os registros contábeis e os balancetes mensais;

l) Verificar se o Conselho de Administração e a Comissão de Crédito se reuniram regularmente, e se ao cabo de cada reunião foram lavradas as respectivas atas;

m) Verificar o regular funcionamento da Cooperativa junto ao Banco Central do Brasil e a Federação a que estiver filiada, e se existem reclamações ou exigências desses órgãos a cumprir;

n) Verificar se a Cooperativa está em dia com seus compromissos junto às repartições públicas fiscais e de previdência;



- o) Apresentar ao Conselho de Administração relatórios dos exames procedidos;
- p) Apresentar à Assembléia Geral parecer sobre operações sociais, tomando por base os balanços semestrais e contas;
- q) Convocar, extraordinariamente, em qualquer tempo, a Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

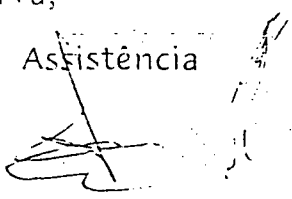
§ 3º: As deliberações do Conselho Fiscal constarão de relatórios cujos tópicos principais serão transcritos, mesmo em resumo, nas atas respectivas, em documentos próprios e assinadas ao final das reuniões pelos fiscais presentes.

TÍTULO IX

DO BALANÇO SOBRAS PERDAS E FUNDOS

Artigo 57: O Balanço Geral, incluindo o confronto entre receitas e despesas, mais depreciações, será levantado semestralmente em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro.

§ 1º: Das sobras verificadas serão deduzidas as seguintes taxas:

- a) 10% (dez por cento) para o fundo de reserva;
 - b) 10% (dez por cento) para o fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- 

c) Juros ao capital, em montante igual ao cálculo de até 12% (doze por cento) ao ano sobre o valor realizado.

§ 2º: As sobras líquidas apuradas na forma deste Artigo, serão distribuídas aos associados na proporção das operações ativas e passivas no semestre, após aprovação do Balanço pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisões diversas desta.

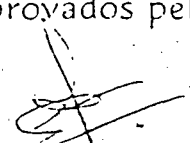
§ 3º: As perdas verificadas em cada semestre serão rateadas entre os associados na proporção dos juros e comissões que houverem pago, após a aprovação do Balanço pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

§ 4º: Os resultados de cada semestre, sobras ou perdas, são distintos entre si, sendo submetidos separadamente às decisões da Assembleia Geral.

Artigo 58: Revertem em favor do Fundo de Reserva, além das deduções a que se refere a alínea "a" do § 1º do Artigo 57, as rendas não operacionais, os créditos não reclamados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos decorridos 02 (dois) anos.

Artigo 59: O Fundo de Reserva destina-se a cobrir prejuízos eventuais e imprevistos que a Cooperativa venha a sofrer e atender ao seu desenvolvimento;

Artigo 60: O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destina-se à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, conforme programas aprovados pela



Assembléia Geral.

Parágrafo único: Os auxílios e doações sem destinação especial reverterem em favor do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

Artigo 61: Os serviços a serem atendidos pelo fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com outra Cooperativa, com Federação ou Confederação de Cooperativas.

TÍTULO X

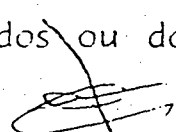
DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 62: A Cooperativa se dissolverá nos casos abaixo especificados, oportunidade em que deverão ser nomeados um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 03 (três) membros para proceder a sua liquidação:

I - Quando assim o deliberar Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando um número mínimo exigido pelo Artigo 3º deste Estatuto, não se disponham a assegurar a sua continuidade.

II - Devido a alteração de sua forma jurídica.

III - Pela redução do número mínimo de associados ou do



capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06 (seis) meses, eles não forem restabelecidos.

IV - Pelo cancelamento da autorização para funcionar.

V - Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º: A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá em qualquer época destituir os liquidantes de direito e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos.

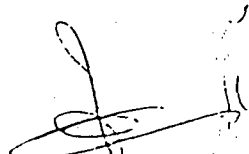
§ 2º: Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação da Cooperativa seguida da expressão "EM LIQUIDAÇÃO".

§ 3º: O processo de liquidação só poderá ser iniciado após a anuência do Banco Central do Brasil.

Artigo 63: A dissolução da Cooperativa implicará no cancelamento de autorização para funcionar e do registro.

Artigo 64: Os liquidantes terão todos os poderes normais de administração bem como para praticar os atos e operações necessárias à realização do ativo e pagamento do passivo.

Artigo 65: Os fundos constituídos na forma do Artigo 57 - § 1º - alínea "a", são indivisíveis entre os associados, mesmo em caso de dissolução e liquidação da Cooperativa.



Artigo 66: No caso de dissolução da Cooperativa, o remanescente patrimonial não comprometido e os fundos constituídos de acordo com o Artigo 57 - § 1º, serão destinados de acordo com a lei em vigor.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 67: São condições básicas para o exercício de cargos eletivos:

I - Ter reputação ilibada, aferida através do exame de informações cadastrais;

II - Não ser impedido por lei;

III - Não haver sofrido protesto de título, nem ter sido responsabilizado em ação judicial;

IV - Não ter participado como sócio ou como administrador de firma ou sociedade que, no período de sua participação ou administração, ou logo após tenha títulos protestados, tenha sido responsabilizado em ação judicial, ou tenha conta encerrada por uso indevido de cheques;

V - Não ter tido conta encerrada por uso indevido de cheques;

VI - Não ser falido ou concordatário, nem ter pertencido a firma ou sociedade que tenha se subordinado àqueles regimes;

VII - Não ser pessoa declarada inabilitada para o cargo de administração em instituição financeira, sociedade seguradora, entidade seguradora, entidade de previdência privada ou companhia aberta;

VIII - Não ter participado da administração de instituição financeira cuja autorização de funcionamento tenha sido cassada ou não prorrogada, ou que esteja sob intervenção do governo;

IX - Não haver parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral entre seus membros;

X - Não exercer cargo de direção em outra Cooperativa de Crédito ou Cooperativa Mista com seção de Crédito;

XI - Não participar da administração de qualquer outra instituição financeira;

XII - Não deter mais de 10% (dez por cento) do capital de qualquer instituição financeira;

XIII - Não ser cônjuge de pessoa eleita para quaisquer órgãos estatutários.

Artigo 68: Qualquer reforma estatutária depende de prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil para que possa entrar em vigor e ser arquivada no Registro do Comércio.

Artigo 69: A Cooperativa submeterá à aprovação do Banco Central do Brasil, no prazo de 15 (quinze) dias, nomes dos membros eleitos para os Conselhos de Administração e Fiscal, efetivos e suplentes.

Artigo 70: A Cooperativa é aderente ao programa de auto-gestão, fazendo parte do sistema auto-gestionado do cooperativismo catarinense.

Artigo 71: A posse dos membros dos diversos Conselhos será de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil.

Artigo 72: Todos os assuntos omissos neste estatuto serão observados no regimento interno.

ANEXO II

Instituições de Apoio ao Cooperativismo

Entidades de Apoio ao Cooperativismo

OCESC/ITEC

R. Vidal Ramos, 224 – Ed. Jaime Linhares

CEP 88.010-320 – Centro

Florianópolis/SC

Fone: (48) 224-8833 Fax: (48) 224-8794

ITEC

R. Benjamin Constant, 155-D

CEP 89.801-070

Chapecó/SC

Fone: (49) 722-2233 Fax: (49) 722-2448

Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB

SCS, Q. 01, Bl. G, nº 30, Ed. Baracat – 4º Andar

CEP 70.309-900

Brasília/DF

Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MA

Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR

Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural – DENACOOP

Esplanada dos Ministérios, Bl. D, 3º Andar

CEP 70.043-900

Brasília/DF

SICOOB/SC – Central

Av. Hercílio Luz, 301, 2º Andar

CEP 88000-000 – Centro

Florianópolis/SC

BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil

SCS, Q. 06, Bl. A, nº 50, Ed. Sofia, 4º Andar

CEP 70.300-968

Brasília/DF

www.bancoob.com.br